

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Valores expressos em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Tecidos Norte de Minas – COTEMINAS (“Companhia”) é uma companhia aberta sediada em Montes Claros – MG e que tem por objetivo social a produção e a comercialização de fios e tecidos em geral, importação e exportação, podendo participar do capital de outras empresas e adquirir títulos negociáveis no mercado de capitais. As ações da Companhia são negociadas na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros sob o código de negociação “CTNM3 e CTNM4”.

A Companhia é controladora da Springs Global Participações S.A. (“SGPSA”), que é controladora da Coteminas S.A. (“CSA”) e da Springs Global US, Inc. (“SGUS”), companhias que concentram as atividades industriais na área de artigos de cama e banho, anteriormente desenvolvidas pela Companhia e pela Springs Industries Inc. (“SI”) respectivamente. Em 30 de abril de 2009, a SGPSA adquiriu participação na empresa Springs e Rossini Participações S.A. (“SRPSA”), controladora da MMartan Têxtil Ltda (“MMartan”). Em agosto de 2011, adquiriu o controle da American Sportswear Ltda. (“ASW”), empresa de varejo de cama, mesa e banho, operando sob a marca Artex.

A Companhia também é controladora da Oxford Comércio e Participações S.A., que é controladora da Companhia Tecidos Santanense, uma companhia aberta que tem por objetivo social a indústria têxtil; atividades afins; confecção e comercialização de produtos para o vestuário, inclusive uniformes profissionais; acessórios e equipamentos de proteção individual - EPI, destinados à segurança do trabalho.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 26 de março de 2012.

Conforme determinado pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e legislação societária, a Companhia apresenta suas demonstrações financeiras consolidadas, elaboradas, simultaneamente, de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (“IASB”), bem como as práticas contábeis adotadas no Brasil e estão identificadas como “Consolidado”.

As demonstrações financeiras da controladora foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas previstas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) aprovados pela CVM e estão identificadas como “Controladora”. Essas práticas diferem das IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins das IFRS os investimentos seriam avaliados pelo custo ou pelo valor justo.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, apresentadas para fins de comparação, podem conter reclassificações, quando aplicável, para melhoria da informação e comparabilidade.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e pela CVM que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2011.

2.1 – Conversão de saldos em moeda estrangeira

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras de cada controlada incluída na consolidação da Companhia e aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas usando-se a moeda funcional de cada entidade. A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional de cada uma de suas controladas a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços, e a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido.

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

b) Conversão dos saldos

Os resultados e a posição financeira de todas as controladas incluídas no consolidado que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação são convertidos pela moeda de apresentação, conforme abaixo:

- i) os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento das demonstrações financeiras consolidadas;
- ii) as contas de resultado são convertidas pela taxa mensal do câmbio; e
- iii) todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio, são reconhecidas no patrimônio líquido, na rubrica “Ajuste acumulados de conversão” e são apresentadas como outros resultados abrangentes na demonstração do resultado abrangente.

2.2 – Práticas contábeis

Os principais critérios adotados na elaboração das demonstrações financeiras são como segue:

(a) Apuração do resultado--O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros como receitas e despesas financeiras no resultado. Os ganhos e perdas extraordinários e as transações e provisões que envolvem ativos permanentes são registradas em lucros e perdas como “Outras, líquidas”.

(b) Instrumentos financeiros não derivativos--Os instrumentos financeiros não derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis de curto e longo prazo, empréstimos e financiamentos, fornecedores, outras contas a pagar além de

outros instrumentos de dívida e patrimônio. Os instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados a cada data de balanço, de acordo com a sua classificação, que é definida no reconhecimento inicial com base nos propósitos para os quais foram adquiridos ou emitidos.

Os instrumentos financeiros classificados no ativo se enquadram na categoria de “Empréstimos e recebíveis” e juntamente com os passivos financeiros, após seu reconhecimento inicial pelo seu valor justo, são mensurados com base no custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos.

A Companhia não possui ativos financeiros não derivativos, classificados nas seguintes categorias: (i) mantidos para negociação; (ii) mantidos até o vencimento; e (iii) disponíveis para venda. Também não possui passivos financeiros não derivativos classificados na categoria “Valor justo por meio do resultado”.

(c) Instrumentos financeiros derivativos--Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, posteriormente, a variação de seu valor justo é registrada no resultado, exceto quando há designação do derivativo para hedge de fluxo de caixa, que deverá seguir o método de contabilização descrita para hedge de fluxo de caixa.

O instrumento financeiro derivativo é classificado como hedge de fluxo de caixa quando objetiva proteger a exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que sejam atribuíveis tanto a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido quanto a uma operação altamente provável de se realizar ou ao risco de taxa de câmbio de um compromisso firme não reconhecido.

No início da contratação de um derivativo destinado para hedge, a Companhia designa e documenta formalmente o item objeto de hedge, assim como o objetivo da política de risco e a estratégia da transação de hedge. A documentação inclui a identificação do instrumento de cobertura, o item ou transação a ser protegida, a natureza do risco a ser protegido e como a entidade vai avaliar a efetividade do instrumento de hedge na compensação da exposição a variações no valor justo do item coberto ou dos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto. O objetivo é que tais instrumentos de hedge sejam efetivos para compensar as alterações no valor justo ou fluxos de caixa e são avaliados em uma base contínua para determinar se eles realmente têm sido efetivos durante todo o período para os quais foram designados.

A parcela efetiva do ganho ou perda na variação do valor justo do instrumento de hedge é reconhecida diretamente no patrimônio líquido na rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial”, enquanto qualquer parcela inefetiva é imediatamente reconhecida como receita ou despesa financeira no resultado do período.

Os montantes classificados no patrimônio líquido como ajuste de avaliação patrimonial são alocados ao resultado a cada período em que o item objeto do hedge afetar o resultado, retificando o valor da despesa objeto do hedge.

Se o compromisso firme não tiver mais expectativa de ocorrer, os montantes anteriormente reconhecidos no patrimônio líquido são alocados para o resultado. Se o instrumento de cobertura de hedge expira ou é vendido, finalizado ou exercido sem

substituição ou rolagem, ou se a sua designação como um hedge é revogado, os montantes anteriormente reconhecidos no patrimônio líquido são alocados ao resultado.

(d) Caixa e equivalentes de caixa--Incluem saldos em caixa, depósitos bancários à vista, numerários em trânsito e as aplicações financeiras. Possuem vencimentos inferiores a 90 dias (ou sem prazos fixados para resgate) com liquidez imediata, e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros não derivativos mensurados ao custo amortizado e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.

(e) Títulos e valores mobiliários--Representados por aplicações financeiras de liquidez imediata e com vencimento superior a 90 dias e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Os títulos e valores mobiliários são classificados como ativos financeiros não derivativos, mensurados ao custo amortizado e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.

(f) Contas a receber de clientes e créditos de liquidação duvidosa--As contas a receber de clientes são apresentadas líquidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, a qual é constituída com base em análise dos riscos de realização dos créditos, em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber. As contas a receber de longo prazo são ajustadas a valor presente com base nas taxas de juros de mercado ou nas taxas de juros da transação e as de curto prazo quando os efeitos são relevantes. As contas a receber de clientes são classificadas como ativos financeiros não derivativos mensurados ao custo amortizado.

(g) Estoques--São avaliados ao custo médio de aquisição ou produção que são inferiores aos valores de realização líquida e estão demonstrados líquidos da provisão para perdas com itens descontinuados e ou obsoletos. Os valores de realização líquida são os preços estimados de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão de fabricação e despesas de vendas diretamente relacionadas.

(h) Imobilizado disponível para venda--Referem-se substancialmente a máquinas e equipamentos fora de uso. São mensurados pelo seu valor justo menos despesas de vendas, quando este for menor do que os valores residuais contábeis.

(i) Investimentos--Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base em balanço patrimonial levantado pelas respectivas investidas na mesma data-base da controladora. O valor do patrimônio líquido da controlada sediada no exterior é convertido para Reais com base na taxa corrente de sua moeda funcional e a variação cambial apurada é registrada na conta de "Ajuste acumulado de conversão" no patrimônio líquido, também demonstrado como resultado abrangente.

(j) Gastos com pesquisa e desenvolvimento de produtos--São reconhecidos como despesas quando incorridos.

(k) Arrendamento mercantil--Os arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa linearmente durante o prazo do contrato, exceto quando outra base sistemática é mais representativa do padrão de tempo no qual os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. Os aluguéis contingentes, tanto para os arrendamentos financeiros como para os operacionais, são reconhecidos no resultado quando incorridos. A controlada indireta SGUS constitui provisão para custos de arrendamento não recuperáveis, que consiste na estimativa do valor presente das obrigações futuras de arrendamento mercantil (cujos contratos continuaram vigentes após o fechamento de

unidades arrendadas), líquido dos subarrendamentos já contratados e de uma receita estimada de subarrendamento das demais unidades fechadas que ainda não foram subarrendadas.

(l) Imobilizado--Registrado pelo custo de aquisição ou construção. As depreciações são computadas pelo método linear com base nas taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Os gastos incorridos que aumentam o valor ou estendem a vida útil estimada dos bens são incorporados ao seu custo; gastos relativos à manutenção e reparos são lançados para resultado quando incorridos.

A vida útil estimada dos itens do imobilizado é conforme segue:

	Vida útil
Edifícios	40 anos
Instalações	15 anos
Equipamentos	15 anos
UHE Porto Estrela	45 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos
Computadores e periféricos	5 anos

O valor residual e a vida útil dos ativos são avaliados pela Administração da Companhia pelo menos ao final de cada exercício.

(m) Intangível--Refere-se a marcas adquiridas, fundos de comércio e ágios decorrentes da aquisição de empresas. Os ativos intangíveis com vida útil determinada são amortizados linearmente durante o período de vida útil estimado. Os ativos intangíveis cuja vida útil não se pode determinar são avaliados pelo seu valor recuperável anualmente ou na ocorrência de fato que justifique sua avaliação.

(n) Avaliação do valor recuperável dos ativos--Os bens do imobilizado, os intangíveis e outros ativos não circulantes são avaliados anualmente ou sempre que as circunstâncias indicarem que o valor contábil talvez não seja recuperável. Na ocorrência de uma perda decorrente desta avaliação a mesma será reconhecida ao resultado do período.

(o) Imposto de renda e contribuição social--A provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro é calculada à alíquota de aproximadamente 34% sobre o resultado tributável e registrada líquida da parcela relativa à redução do imposto de renda. O saldo da provisão no passivo é demonstrado líquido das antecipações efetuadas no período, se aplicável. Para as controladas sediadas no exterior, a alíquota de imposto varia de 35% a 38%, de acordo com a legislação vigente em cada país.

(p) Imposto de renda e contribuição social diferidos--São registrados imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os saldos do prejuízo fiscal e das diferenças temporárias decorrentes de provisões registradas contabilmente, que, de acordo com as regras fiscais existentes, serão dedutíveis ou tributáveis somente quando realizadas. Somente é reconhecido um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos quando há expectativa de lucro tributável futuro.

(q) Provisões diversas--É constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas. Os depósitos judiciais relativos às provisões estão apresentados no ativo não circulante.

(r) Planos de aposentadoria complementar--Os custos associados aos planos são reconhecidos pelo regime de competência com base em cálculos atuariais. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no resultado quando incorridos.

(s) Remuneração por ações--Os instrumentos cuja liquidação é efetuada através de ações de emissão da Companhia são mensurados ao valor justo das opções na data da outorga e a despesa é reconhecida linearmente ao longo do período pelo qual os benefícios foram adquiridos ("vesting period").

(t) Lucro básico e diluído por ação--O lucro básico por ação é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo do período atribuído aos acionistas da companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação. O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação para presumir a conversão de ações potenciais a serem emitidas. A Companhia não apurou potencial de emissão de novas ações e, portanto, de diluição do lucro por ação.

(u) Atualizações monetárias e cambiais--Os ativos e passivos sujeitos a atualizações monetárias ou cambiais estão atualizados monetariamente até a data do balanço, de acordo com as taxas publicadas pelo Banco Central do Brasil - BACEN ou pelos índices contratualmente estipulados. Os ganhos e as perdas cambiais e as variações monetárias são reconhecidos no resultado do período, exceto pelos ganhos e perdas cambiais sobre os investimentos em subsidiária no exterior, os quais são reconhecidos no patrimônio líquido na rubrica "Ajuste acumulado de conversão".

(v) Reconhecimento de receita--A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações incondicionais concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita de vendas de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas: (i) A Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos; (ii) A Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos; (iii) o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; (iv) é provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia; e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

(w) Demonstração do Valor Adicionado ("DVA")--Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período. É apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as normas das IFRS. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras.

(x) Acionista controlador e não controlador--Nas demonstrações financeiras, "acionista controlador" representa todos os acionistas da Companhia e "não controlador" representa a participação dos acionistas minoritários nas controladas da Companhia.

2.3 – Uso de estimativas

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para

contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas referentes principalmente à seleção da vida útil do ativo imobilizado, estimativa do valor de recuperação de ativos de vida longa, provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas, determinações de provisões para imposto de renda, determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) e outras similares, estimativas referentes a seleção da taxa de juros, retorno esperado dos ativos e escolha da tabela de mortalidade e expectativa de aumento dos salários aplicados aos cálculos atuariais. O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das estimativas.

2.4 – Critérios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da controladora e das seguintes empresas controladas:

	Participação direta e indireta no capital total - %	
	2011	2010
Coteminas International Ltd.	100	100
Companhia de Tecidos Norte de Minas – Coteminas (Sucursal Argentina)	100	100
Springs Global Participações S.A.	68	68
Oxford Comércio e Participações S.A.	59	59
American Sportswear Ltda.	100	100
Companhia Tecidos Santanense	53	53

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultados corresponde à soma dos saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas, segundo suas respectivas naturezas, complementado com a eliminação dos investimentos nas empresas controladas, dos lucros não realizados e dos saldos das contas entre as empresas incluídas na consolidação. O efeito da variação cambial sobre os investimentos no exterior está destacado na demonstração das mutações do patrimônio líquido na rubrica “Ajuste acumulado de conversão”. As práticas contábeis das controladas sediadas no exterior foram ajustadas para as mesmas práticas contábeis da controladora. Foi destacada, do patrimônio líquido e do resultado, a participação dos acionistas não controladores.

A controlada Springs Global Participações S.A., controladora da Coteminas S.A., Springs Global US, Inc., e American Sportswear Ltda. com 100% do capital social das respectivas Companhias, e controladora da SRPSA com 84,7% do capital social, foram incluídas no processo de consolidação a partir de suas demonstrações financeiras já consolidadas.

A controlada Oxford Comércio e Participações S.A., controladora da Companhia Tecidos Santanense com 85,9% de seu capital social, foi incluída no processo de consolidação a partir de suas demonstrações financeiras já consolidadas.

As demonstrações financeiras das empresas controladas sediadas no exterior foram convertidas para Reais, com base na taxa corrente do Dólar vigente em 31 de dezembro de 2011 e 2010, para as contas do balanço patrimonial e pela taxa média mensal para as contas de resultado conforme segue:

	2011	2010
Taxa fechamento:		
31 de dezembro	1,8758	1,6662
Taxa média:		
31 de dezembro (12 meses)	1,6709	1,7589

2.5 – Novas IFRSs, revisões das IFRSs e interpretações do IFRIC (Comitê de Interpretação das Normas Internacionais de Relatório Financeiro do IASB).

As interpretações e alterações das normas existentes a seguir foram editadas e estavam em vigor em 31 de dezembro de 2011. Entretanto, não tiveram impactos relevantes sobre as demonstrações contábeis da Companhia:

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Data de entrada em vigor</u>
Melhorias nas IFRSs - 2010	Alteração de diversos pronunciamentos contábeis	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2011
Alterações à IFRS 1	Isenção limitada de divulgações comparativas da IFRS 7 para adotantes iniciais	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2010
Alterações à IAS 24	Divulgações de partes relacionadas	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2011
Alterações à IFRIC 14	Pagamentos antecipados de exigência mínima de financiamento	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2011
Alterações à IAS 32	Classificação dos direitos de emissão	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de fevereiro de 2010
IFRIC 19	Extinção de passivos financeiros através de instrumentos patrimoniais	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2010

Alguns novos procedimentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção opcional em 2011 ou obrigatória para os períodos iniciados após 1º de janeiro de 2012. Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Companhia. Considerando as atuais operações da Companhia e de suas controladas, a Administração não espera que essas novas normas, interpretações e alterações tenham um efeito relevante sobre as demonstrações financeiras a partir de sua adoção.

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Data de entrada em vigor</u>
IFRS 9 (conforme alterada em 2010)	Instrumentos financeiros	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013
Alterações à IFRS 1	Eliminação de datas fixas para adotantes pela primeira vez das IFRSs	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2011
Alterações à IFRS 7	Divulgações - transferências de ativos financeiros	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2011

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Data de entrada em vigor</u>
Alterações à IAS 12	Impostos diferidos - recuperação dos ativos subjacentes quando o ativo é mensurado pelo modelo de valor justo de acordo com a IAS 40	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2012
IAS 28 (Revisado 2011) “Investimentos em Coligadas e Entidades com Controle Compartilhado”	Revisão do IAS 28 para incluir as alterações introduzidas pelos IFRSs 10, 11 e 12	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IAS 27 (Revisado 2011), “Demonstrações Financeiras Separadas”	Requerimentos do IAS 27 relacionados às demonstrações financeiras consolidadas são substituídos pelo IFRS 10. Requerimentos para demonstrações financeiras separadas são mantidos.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IFRS 10 “Demonstrações Financeiras Consolidadas”	Substituiu o IAS 27 em relação aos requerimentos aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas e a SIC 12. O IFRS 10 determinou um único modelo de consolidação baseado em controle, independentemente da natureza do investimento.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IFRS 11 “Contratos Compartilhados”	Eliminou o modelo de consolidação proporcional para as entidades com controle compartilhado, mantendo apenas o modelo pelo método da equivalência patrimonial. Eliminou também o conceito de “ativos com controle compartilhado”, mantendo apenas “operações com controle compartilhado” e “entidades com controle compartilhado”.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IFRS 12 “Divulgações de Participações em Outras Entidades”	Expande os requerimentos de divulgação das entidades que são ou não consolidadas nas quais as entidades possuem influência.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IFRS 13 “Mensurações ao Valor Justo”	Substitui e consolida todas as orientações e requerimentos relacionados à mensuração ao valor justo contidos nos demais pronunciamentos das IFRSs em um único pronunciamento. A IFRS 13 define valor justo, orienta como determinar o valor justo e os requerimentos de divulgação relacionados à mensuração do valor justo. Entretanto, ela não introduz nenhum novo requerimento ou alteração com relação aos itens que devem ser mensurados ao valor justo, os quais permanecem nos pronunciamentos originais.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Data de entrada em vigor</u>
Alterações ao IAS 19 “Benefícios aos Empregados”	Eliminação do enfoque do corredor (“corridor approach”), sendo os ganhos ou perdas atuariais reconhecidos como outros resultados abrangentes para os planos de pensão e ao resultado para os demais benefícios de longo prazo, quando incorridos, entre outras alterações.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013
Alterações ao IAS 1 “Apresentação das Demonstrações Financeiras”	Introduz o requerimento de que os itens registrados em outros resultados abrangentes sejam segregados e totalizados entre itens que são e os que não são posteriormente reclassificados para lucros e perdas.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correspondentes às IFRS novas e revisadas e às IFRICs. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Fundo de renda variável – DI	-	1.060	-	2.647
CDB – pós-fixado	782	25.455	52.167	25.455
Operações compromissadas	-	-	36.196	113.831
Cambiais no exterior (US\$)	-	-	15.381	6.972
Depósitos no exterior	-	-	63.999	49.500
Depósitos em contas correntes	1.582	3.211	18.135	8.424
	-----	-----	-----	-----
	2.364	29.726	185.878	206.829
	=====	=====	=====	=====

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Fundo DI	9.928	10.845	9.928	10.845
Fundo de investimento – US\$	-	-	9.005	5.080
Depósito restrito	-	-	88	78
Depósitos no exterior	-	-	25.127	21.826
	-----	-----	-----	-----
	9.928	10.845	44.148	37.829
Circulante	(9.928)	(10.845)	(44.148)	(16.003)
	-----	-----	-----	-----
Não circulante	-	-	-	21.826
	=====	=====	=====	=====

5. DUPLICATAS A RECEBER

	Consolidado	
	2011	2010
Cientes no mercado interno	437.894	452.857
Cientes no mercado externo	102.901	112.816
Operadoras de cartão de crédito	34.957	47.872
Empresas associadas		
Mercado interno	535	1.594
Mercado externo	4.746	7.216
	-----	-----
	581.033	622.355
Provisão para devedores duvidosos	(40.534)	(38.336)
	-----	-----
	540.499	584.019
	=====	=====

As vendas a prazo realizadas pelas lojas MMartan e Artex são efetuadas diretamente ao consumidor e parceladas em até 10 pagamentos por meio de instrumentos de créditos cedidos pelas administradoras de cartões de créditos. Sobre esses valores são efetuados ajustes a valor presente considerando as taxas de juros de mercado, uma vez que os preços à vista não diferem dos preços parcelados. Em 31 de dezembro de 2011, os valores a receber parcelados sob essa modalidade de venda eram de R\$36.019, com um prazo médio de 90 dias, totalizando um ajuste no valor de R\$1.062 utilizando-se 100% do CDI como taxa de juros.

Foi efetuado ajuste a valor presente, no valor de R\$489 (R\$1.425 em 31 de dezembro de 2010) para as contas a receber decorrente de acordo de parcelamento de duplicatas vencidas. O ajuste a valor presente equivale aos juros embutidos nas parcelas acordadas com o cliente, mantendo-se os valores originais das duplicatas.

As contas a receber de clientes são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de recebimento é de aproximadamente 98 dias (91 dias em 31 de dezembro de 2010). Os valores vencidos não são significativos e o saldo da provisão para devedores duvidosos é considerado pela Administração suficiente para cobrir as perdas esperadas com esses títulos.

A Administração da Companhia considera que o risco relativo às contas a receber de clientes é

minimizado pelo fato de a composição da carteira de clientes da companhia ser diluída. A Companhia possui mais de 13.000 clientes ativos em 31 de dezembro de 2011 e apenas dois clientes representam mais de 10% da receita de vendas.

A composição das contas a receber consolidada por idade de vencimento é como segue:

	2011	2010
A vencer	458.602	511.848
Vencidas até 30 dias	31.299	35.041
Vencidas de 31 a 60 dias	7.543	10.251
Vencidas de 61 a 90 dias	10.330	3.364
Vencidas de 91 a 180 dias	14.930	5.397
Vencidas de 181 a 360 dias	8.382	9.416
Vencidas acima de 360 dias	49.947	47.038
	-----	-----
	581.033	622.355
	=====	=====

A movimentação da provisão para devedores duvidosos consolidada é como segue:

	2011	2010
Saldo no início do período	(38.336)	(37.477)
Adições do período	(1.293)	(2.336)
Baixas	804	922
Variação cambial	(1.709)	555
	-----	-----
Saldo no final do período	(40.534)	(38.336)
	=====	=====

6. ESTOQUES

	Consolidado	
	2011	2010
Matéria-prima e secundários	212.550	140.367
Produtos em elaboração	232.711	150.874
Produtos acabados	258.940	257.094
Peças de reposição	68.339	63.881
	-----	-----
	722.540	612.216
	=====	=====

Os estoques estão demonstrados líquidos da provisão para perdas que é, na avaliação da Administração, considerada suficiente para cobrir perdas na realização com estoques descontinuados e ou obsoletos.

A movimentação da provisão é como segue:

	2010	Adições	Baixas	Variação cambial	2011
Matéria-prima e secundários	(822)	(27.612)	95	(57)	(28.396)
Produtos em elaboração	(628)	(2.533)	42	(198)	(3.317)
Produtos acabados	(14.232)	(11.499)	-	(2.883)	(28.614)
Peças de reposição	(1.350)	(124)	-	-	(1.474)
	-----	-----	-----	-----	-----
	(17.032)	(41.768)	137	(3.138)	(61.801)
	=====	=====	=====	=====	=====

7. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Fornecedores diversos	104	105	66.937	58.286
Fornecedores de energia elétrica	-	-	5.282	10.143
	-----	-----	-----	-----
	104	105	72.219	68.429
Total no ativo circulante	(104)	(105)	(68.577)	(59.426)
	-----	-----	-----	-----
Total no ativo não circulante	-	-	3.642	9.003
	=====	=====	=====	=====

A controlada indireta CSA possui contrato de compra e venda de energia elétrica com a CESP – Companhia Energética de São Paulo, firmado em 26 de agosto de 2004 para fornecimento de energia até dezembro de 2012. Em 10 de janeiro de 2005 foi efetuado adiantamento de R\$58.314.

Mensalmente a CESP efetua os faturamentos pelo valor vigente, a controlada indireta CSA amortiza o adiantamento pelo custo histórico e o valor excedente é contabilizado como redução de custo. Em 31 de dezembro de 2011, o saldo apresentado no ativo circulante é de R\$4.874 (R\$4.861 em 31 de dezembro de 2010) e no ativo não circulante é de R\$408 (R\$5.282 em 31 de dezembro de 2010).

8. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E COLIGADA

	Patrimônio líquido	Participação - %	Resultado do exercício	Total do investimento		Resultado de equivalência patrimonial	
				2011	2010	2011	2010
Investimentos em controladas:							
Operações continuadas -							
Springs Global Participações S.A.	1.197.722	68,44	(140.276)	819.721	1.115.114	(96.003)	20.392
Oxford Comércio e Participações S.A.	188.563	58,88	21.013	111.037	101.127	12.362	11.483
Coteminas International Ltd.	17.156	100,00	7.782	17.156	8.509	7.782	(4.131)
Companhia Tecidos Santanense	221.202	2,07	24.372	4.579	4.180	435	465
American Sportswear Ltda.	-	-	-	-	1.735	2.046	-
Coteminas (Sucursal Argentina)	196	100,00	(187)	196	369	(187)	(89)
				-----	-----	-----	-----
				952.689	1.231.034	(73.565)	28.120
Operações descontinuadas (1) -				=====	=====		
Springs Global Participações S.A.	-	68,44	(269.643)			(184.546)	(35.452)
						-----	-----
Total de controladas						(258.111)	(7.332)
						=====	=====
Investimento em coligada:							
Cantagalo General Grains S.A. (2)	238.002	30,00	21.708	71.400	-	102	-
				-----	-----	-----	-----
Total de coligada				71.400	-	102	-
				=====	=====	=====	=====

(1) Vide nota explicativa nº27 às demonstrações fi nanceiras.

(2) Em 7 de maio de 2011, a Companhia, contribuiu em aumento de capital da Cantagalo General Grains S.A., sociedade anônima brasileira recentemente constituída ("CGG"), determinados imóveis rurais de titularidade da Companhia localizados nos Estados de Mato Grosso e Goiás, com uma área total de aproximadamente 11 mil hectares.

Em decorrência da transação acima referida, e de aumentos de capital subseqüentes de outros acionistas da Cantagalo, respectivamente Agrícola Estreito S.A. e GFN Agrícola e Participações S.A, a Companhia passou a deter diretamente uma participação acionária equivalente a 30% do capital social votante e total da CGG.

9. IMOBILIZADO E IMOBILIZADO DISPONÍVEL PARA VENDA

a. Imobilizado

Os saldos consolidados de ativos imobilizados são conforme segue:

	Taxa (*) %	2011			2010
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e benfeitorias	2,0	45.677	(5.162)	40.515	26.894
Edifícios	2,5	484.713	(166.926)	317.787	338.260
Instalações	6,6	260.125	(141.763)	118.362	115.719
Equipamentos	8,2	1.294.267	(812.689)	481.578	575.022
UHE - Porto Estrela (**)	2,2	37.416	(8.279)	29.137	29.929
Usinas	6,0	12.672	(4.336)	8.336	8.986
Móveis e utensílios	10,4	36.463	(26.047)	10.416	10.824
Veículos	20,0	18.880	(15.278)	3.602	4.652
Computadores e periféricos	20,0	42.517	(36.692)	5.825	8.443
Obras em andamento	-	70.295	-	70.295	80.114
Adiantamentos a fornecedores	-	13.988	-	13.988	8.486
Outros	3,0	91.934	(74.974)	16.960	4.424
		-----	-----	-----	-----
		2.408.947	(1.292.146)	1.116.801	1.211.753
		=====	=====	=====	=====

(*) Taxa média ponderada anual de depreciação.

(**) Vide nota explicativa nº 20 às demonstrações financeiras.

Tendo em vista sua rentabilidade e geração de caixa a Companhia e suas controladas não encontraram indícios de deterioração ou de não recuperação dos saldos mantidos como imobilizado.

A movimentação dos saldos consolidados de ativos imobilizados é conforme segue:

Custo:

	2010	Adições	Baixas	Transferên- cias para disponível para venda	Transferên- cias	Variação cambial	2011
Terrenos e benfeitorias	32.586	19.307	(1.487)	(5.344)	(391)	1.006	45.677
Edifícios	516.119	5.200	(16.186)	(34.299)	4.514	9.365	484.713
Instalações	246.431	4.315	(805)	(2.002)	12.075	111	260.125
Equipamentos	1.557.089	15.208	(103.941)	(223.758)	17.305	32.364	1.294.267
UHE – Porto Estrela	37.379	37	-	-	-	-	37.416
Usinas	12.672	-	-	-	-	-	12.672
Móveis e utensílios	40.479	3.027	(6.716)	(2.455)	169	1.959	36.463
Veículos	25.427	773	(1.874)	(7.363)	351	1.566	18.880
Computadores e periféricos	59.182	2.075	(16.235)	(6.335)	(927)	4.757	42.517
Obras em andamento	80.114	34.923	(1.300)	(235)	(45.123)	1.916	70.295
Adiantamentos a fornecedores	8.486	5.292	-	-	-	210	13.988
Outros	80.560	1.347	(11.073)	(446)	12.027	9.519	91.934
	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	2.696.524	91.504	(159.617)	(282.237)	-	62.773	2.408.947
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

Depreciação acumulada:

	2010	Adições	Baixas	Transferên- cias para disponível para venda	Transferên- cias	Variação cambial	2011
Terrenos e benfeitorias	(5.692)	(1.849)	623	2.161	-	(405)	(5.162)
Edifícios	(177.859)	(11.792)	8.011	21.073	(3)	(6.356)	(166.926)
Instalações	(130.712)	(13.011)	744	1.106	162	(52)	(141.763)
Equipamentos	(982.067)	(76.869)	90.367	184.380	(156)	(28.344)	(812.689)
UHE - Porto Estrela	(7.450)	(829)	-	-	-	-	(8.279)
Usinas	(3.686)	(650)	-	-	-	-	(4.336)
Móveis e utensílios	(29.655)	(1.961)	6.426	1.054	(73)	(1.838)	(26.047)
Veículos	(20.775)	(1.843)	1.674	7.251	(54)	(1.531)	(15.278)
Computadores e periféricos	(50.739)	(2.994)	16.193	5.269	130	(4.551)	(36.692)
Outros	(76.136)	(651)	10.912	386	(6)	(9.479)	(74.974)
	<u>(1.484.771)</u>	<u>(112.449)</u>	<u>134.950</u>	<u>222.680</u>	<u>-</u>	<u>(52.556)</u>	<u>(1.292.146)</u>

b. Imobilizado disponível para venda

As subsidiárias da Companhia identificaram ativos que foram retirados das operações e segregados para venda. Esses ativos são formados basicamente pela atualização, no curso normal de suas operações, do parque industrial da subsidiária brasileira e por máquinas e equipamentos das unidades fabris da subsidiária americana que tiveram suas operações encerradas. Adicionalmente os equipamentos disponibilizados decorrentes da readequação das capacidades produtivas também foram incluídos nesta rubrica. Esses ativos foram avaliados pelo menor valor entre seu registro contábil e seu valor de mercado, resultando no reconhecimento de perdas prováveis em sua realização (redução ao valor recuperável) no valor de R\$49.458 (R\$37.504 em 31 de dezembro de 2010).

Como resultado dessa análise, o valor recuperável de R\$50.427 (R\$25.946 em 31 de dezembro de 2010) foi apresentado como "Imobilizado disponível para venda" no ativo não circulante e, consequentemente, eliminado da tabela acima pelo seu valor contábil.

A movimentação do imobilizado disponível para a venda foi como segue:

	2010	Adições	Baixas	Variação cambial	2011
Valor residual de máquinas e equipamentos	58.432	59.557	(13.228)	4.604	109.365
Provisão para perda	(32.486)	(37.572)	12.843	(1.723)	(58.938)
	<u>25.946</u>	<u>21.985</u>	<u>(385)</u>	<u>2.881</u>	<u>50.427</u>

10. INTANGÍVEL

	Consolidado	
	2011	2010
Ágio na aquisição de empresas norte americanas	22.163	23.247
Ágio na aquisição da SRPSA	27.303	27.303
Marcas	16.298	16.298
Pontos comerciais (luvas)	48.100	9.875
Outros	24	24
	-----	-----
Total	113.888	76.747
	=====	=====

Anualmente a Companhia e suas controladas avaliam a recuperabilidade dos ágios decorrentes de investimentos em outras empresas, realizados pela Companhia ou por suas controladas, utilizando para tanto práticas consideradas de mercado, como o fluxo de caixa descontado de suas unidades que possuem ágio alocado. A recuperabilidade dos ágios é avaliada com base na análise e identificação de fatos ou circunstâncias que possam acarretar a necessidade de se antecipar o teste realizado anualmente. Caso algum fato ou circunstância indique o comprometimento da recuperabilidade dos ágios, o teste é antecipado.

O período de projeção dos fluxos de caixa para dezembro de 2011 foi de três anos. As premissas utilizadas para determinar o valor justo pelo método do fluxo de caixa descontado incluem: projeções de fluxo de caixa com base nas estimativas da administração para fluxos de caixa futuros, taxas de desconto e taxas de crescimento para determinação da perpetuidade. Adicionalmente, a perpetuidade foi calculada considerando a estabilização das margens operacionais, níveis de capital de giro e investimentos.

A taxa de desconto utilizada foi de 15,5% a.a. e a taxa de crescimento da perpetuidade considerada foi de 3% a.a., tanto para o ágio da controlada indireta SGUS, na aquisição de empresas norte-americanas, quanto para o ágio da controlada SGPSA referente à aquisição da SRPSA. As taxas de desconto utilizadas foram elaboradas levando em consideração informações de mercado disponíveis na data do teste.

Os testes realizados para os saldos de ágio não apresentaram perdas por não recuperabilidade. A movimentação dos saldos consolidados dos ativos intangíveis no período foi como segue:

	Saldos em 2010	Operações descontinua- das	Adições no período	Variação cambial	Saldos em 2011
Ágio na aquisição de empresas norte americanas	23.247	(3.920)	-	2.836	22.163
Ágio na aquisição da SRPSA	27.303	-	-	-	27.303
Marcas	16.298	-	-	-	16.298
Pontos comerciais (luvas)	9.875	-	38.225	-	48.100
Outros	24	-	-	-	24
	-----	-----	-----	-----	-----
Total	76.747	(3.920)	38.225	2.836	113.888
	=====	=====	=====	=====	=====

Os ativos intangíveis descritos acima possuem vida útil indefinida, portanto não são amortizados, mas testados anualmente quanto ao seu valor recuperável. As marcas estão registradas ao custo de aquisição. Os valores referentes aos pontos comerciais estão registrados pelo custo de aquisição do respectivo ponto de venda.

11. ARRENDAMENTO MERCANTIL

A controlada indireta SGUS aluga imóveis e equipamentos sob a condição de “leasing” operacional. O total da despesa com o arrendamento mercantil em 2011 foi de R\$27.757 (R\$32.726 em 2010). A controlada indireta SGUS concedeu a terceiros o subarrendamento mercantil (“sub-leasing”) de algumas localidades onde não havia mais o benefício econômico sobre o arrendamento pago. O total de receita com o subarrendamento mercantil em 2011 foi de R\$2.296 (R\$2.668 em 2010).

Prestações previstas para os próximos anos são estimadas na tabela abaixo:

Anos	2011
2012	24.143
2013	21.757
2014	20.026
2015	15.507
2016	15.539

A partir de 2016, as prestações continuam decrescentes até o final dos contratos que terminam em diversas datas até 2030, totalizando R\$182.433.

Para o período de 2012 a 2014, o total das prestações de subarrendamento mercantil a receber pela controlada indireta SGUS é de R\$5.162.

A controlada indireta SGUS possui provisão de R\$12.861 (R\$11.537 em 31 de dezembro 2010), que consiste na estimativa do valor presente das obrigações futuras de arrendamento mercantil (cujos contratos continuaram vigentes após o fechamento de algumas unidades fabris nos EUA), líquido dos subarrendamentos já contratados e de uma receita estimada de subarrendamento das demais unidades fechadas que ainda não foram subarrendadas. Esse potencial de subarrendamento poderia resultar numa redução de R\$94.595 nas obrigações demonstradas na tabela acima.

12. FORNECEDORES

	Consolidado	
	2011	2010
Fornecedores no mercado interno	124.813	127.048
Fornecedores no mercado externo	108.389	91.497
	-----	-----
	233.202	218.545
	=====	=====

As contas a pagar a fornecedores são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de pagamento é de, aproximadamente, 45 dias (31 dias em 31 de dezembro 2010). Em fornecedores no mercado interno estão incluídos créditos de compras de matéria-prima (algodão), no valor de R\$72.607 (R\$83.799 em 31 de dezembro de 2010).

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

		Taxa anual	Venci-	Consolidado	
	Moeda	de juros - %	mento	2011	2010
Pré-pagamento exportação:					
Banco Santander (Brasil) S.A.	US\$	Libor+1,20	2011	-	5.562
Banco Santander (Brasil) S.A.	US\$	Libor+1,35	2012	29.807	44.119
Banco Itaú BBA S.A.	US\$	Libor+1,35	2012	29.807	44.119
				-----	-----
				59.614	93.800
Moeda nacional:					
Banco do Brasil S.A. (Revitaliza)	R\$	4,5 a 9,0	2016	38.026	35.402
BNDES (Revitaliza)	R\$	4,5 a 9,0	2016	38.026	35.443
Banco do Brasil S.A (NCE)	R\$	IRP+10,81	2012	48.318	43.056
BNDES (Finame)	R\$	4,5 a 7,0	2020	8.904	3.935
Banco do Brasil S.A. (Exim)	R\$	7,0	2011	-	100.301
Banco Itaú BBA S.A.	R\$	7,0	2011	-	25.075
Bradesco S.A. (Exim)	R\$	7,0	2011	-	25.075
Banco do Brasil S.A. (Conta garantida)	R\$	118,7 do CDI	2012	70.106	45.426
Bradesco S.A. (Conta garantida)	R\$	120 do CDI	2012	67.409	20.813
Banco Santander S.A.	R\$	CDI+0,20 a 0,29	2013	2.930	4.706
HSBC Bank Brasil	R\$	CDI+0,25	2013	4.984	7.062
HSBC Bank Brasil S.A. (Conta garantida)	R\$	CDI+0,126	2011	-	14.046
BNDES (Capital de giro)	R\$	TJLP+3,0	2014	9.519	13.321
Banco do Brasil S.A. (Giroflex)	R\$	118,9 do CDI	2012	8.046	8.389
Banco Votorantim S.A. (a)	R\$	11,25	2012	12.582	30.397
Banco do Brasil S.A. (NCI)	R\$	102 do CDI	2013	207.827	-
Banco Itaú BBA S.A. (c)	R\$	117,7 do CDI	2014	209.389	-
Outros	R\$	-	2020	91	276
				-----	-----
				726.157	412.723
Moeda estrangeira:					
JP Morgan	US\$	1,50	2012	25.127	21.826
Deutsche Bank (Securitização)	US\$	Libor+1,30	2013	54.315	43.213
Banco do Brasil - Finimp (b)	US\$	2,4	2012	38.919	-
Banco do Bradesco – Finimp (b)	US\$	2,5	2012	56.596	-
Banco Santander Brasil – Finimp (b)	US\$	2,7	2012	11.006	-
Banco Francês	\$ARG	14,4	2014	3.392	2.466
				-----	-----
				189.355	67.505
				-----	-----
Total				975.126	574.028
Passivo circulante				(445.647)	(357.323)
				-----	-----
Passivo não circulante				529.479	216.705
				-----	-----

(a) Foi firmado contrato de swap de taxa de juros com Banco Votorantim com a finalidade de troca da taxa pré-fixada de 11,25 a.a., por 97% da variação do CDI (vide nota explicativa nº 21 d.5.1).

(b) Os empréstimos Finimp foram contratados em Dólares com swap para aproximadamente 91% do CDI (vide nota explicativa nº 21 d.5.1).

(c) Empréstimo contratado originalmente em dólares mais 4,60% a.a. com swap para aproximadamente 117,7% do CDI com a mesma contraparte.

Os empréstimos são garantidos por: (i) direitos de exportação, contratos, títulos de crédito e produtos a eles relacionados, para os financiamentos denominados “Pré-pagamento exportação”, (ii) imóveis, máquinas e equipamentos, localizados na cidade de São Gonçalo do Amarante, gravados em 1º grau, além de fiança da Companhia para os financiamentos

denominados “Revitaliza”; e (iii) por avais e garantias bancárias para os demais financiamentos.

Os vencimentos dos empréstimos são como segue:

Consolidado	2012	2013	2014	2015 a 2020	Total
Pré-pagamento exportação:					
Banco Santander (Brasil) S.A.	29.807	-	-	-	29.807
Banco Itaú BBA S.A.	29.807	-	-	-	29.807
	-----	-----	-----	-----	-----
	59.614	-	-	-	59.614
Moeda nacional:					
Banco do Brasil S.A. (Revitaliza)	8.404	8.267	8.266	13.089	38.026
BNDES (Revitaliza)	8.404	8.267	8.266	13.089	38.026
Banco do Brasil S.A. (NCE)	48.318	-	-	-	48.318
BNDES (Finame)	876	1.120	1.120	5.788	8.904
Banco do Brasil S.A. (Conta garantida)	70.106	-	-	-	70.106
Bradesco S.A. (Conta garantida)	67.409	-	-	-	67.409
Banco Santander S.A.	1.808	1.122	-	-	2.930
HSBC Bank Brasil	3.005	1.979	-	-	4.984
BNDES (Capital de giro)	3.815	3.803	1.901	-	9.519
Banco do Brasil S.A. (Giroflex)	8.046	-	-	-	8.046
Banco Votorantim S.A.	12.582	-	-	-	12.582
Banco do Brasil S.A. (NCI)	11.062	196.765	-	-	207.827
Banco Itaú BBA S.A.	9.389	-	200.000	-	209.389
Outros	41	6	6	38	91
	-----	-----	-----	-----	-----
	253.265	221.329	219.559	32.004	726.157
Moeda estrangeira:					
JP Morgan	25.127	-	-	-	25.127
Deutsche Bank (Securitização)	-	54.315	-	-	54.315
Banco do Brasil – Finimp	38.919	-	-	-	38.919
Banco do Bradesco – Finimp	56.596	-	-	-	56.596
Banco Santander Brasil – Finimp	11.006	-	-	-	11.006
Banco Francês	1.120	1.385	887	-	3.392
	-----	-----	-----	-----	-----
	132.768	55.700	887	-	189.355
	-----	-----	-----	-----	-----
	445.647	277.029	220.446	32.004	975.126
	=====	=====	=====	=====	=====

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital realizado

O capital social subscrito e realizado em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, está representado como segue:

	Nº de ações
Ordinárias	43.531.958
Preferenciais	73.143.333

	116.675.291
	=====

Não houve movimentação do número de ações subscritas e realizadas para o período entre 1º de janeiro de 2010 e 31 de dezembro de 2011.

Todas as ações são nominativas e sem valor nominal. As ações preferenciais não possuem

direito de voto e gozam das seguintes vantagens: (a) prioridade no reembolso do capital na hipótese de liquidação e (b) direito de serem incluídas na oferta pública de alienação de controle, na forma da lei, assegurado o dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias.

b. Ações em tesouraria

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possuía 1.100 ações ordinárias a um custo médio de R\$5,04 por ação (R\$4,90 mínimo e R\$5,05 máximo) e 121.800 ações preferenciais a um custo médio de R\$6,83 por ação (R\$4,95 mínimo e R\$8,59 máximo). O valor de mercado dessas ações em 31 de dezembro de 2011 é de R\$3,61 por ação ordinária e R\$3,67 por ação preferencial.

c. Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo correspondente a 1/3 do lucro líquido do exercício, ajustado conforme o Estatuto e a Lei das Sociedades por Ações.

	<u>2010</u>
Lucro líquido do exercício	2.169
Reserva legal	(108)

Lucro líquido ajustado	2.061
	=====
Dividendos propostos (33%)	687
Saldo de períodos anteriores	67

Dividendos a pagar	754
	=====

d. Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76 e tem como objetivo a aplicação em futuros investimentos.

15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	A receber		A pagar
	2011	2010	2010
Controladora:			
Wembley Sociedade Anônima	31.340	20.373	-
Coteminas International Ltd.	53.185	47.404	-
American Sportswear Ltda.	-	-	1.734
Coteminas S.A.	8.206	-	-
Oxford Com. e Partic. S.A.	-	24	-
Cantagalo General Grains S.A.	-	3.565	-
Fazenda do Cantagalo Ltda.	-	91	-
Companhia Tecidos Santanense	34	-	-
Innotex International Ltd.	4.159	-	-
	-----	-----	-----
	96.924	71.457	1.734
	=====	=====	=====
Consolidado:			
Wembley Sociedade Anônima	31.340	20.373	-
Holtex Inc.	-	-	80
Cantagalo General Grains S.A.	-	3.565	-
Fazenda do Cantagalo Ltda.	-	91	-
Sant'ana Estilo Ltda.	-	18	-
Innotex International Ltd.	4.159	-	-
Seda, Inc	-	-	1.117
	-----	-----	-----
	35.499	24.047	1.197
	=====	=====	=====

	Encargos financeiros (consolidado)	
	2011	2010
Wembley Sociedade Anônima	2.825	1.184
Cantagalo General Grains S.A.	306	-
Empr.Nac.Com.Rédito e Particip. S/A – ENCOPAR	38	2
ECONORTE-Empr.Constr.Norte de Minas Ltda.	2	1
JAGS-José Alencar Gomes da Silva	67	110
Innotex International Ltd	294	-
Seda S/A	53	58
	-----	-----
	3.585	1.355
	=====	=====

Os saldos referem-se a empréstimos com vencimentos de longo prazo. Os encargos, para controladas e associadas, foram calculados de acordo com as taxas equivalentes às praticadas pelo mercado financeiro (100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI para empresas sediadas no Brasil mais 1,375% e LIBOR mais 3% a.a. para empresas sediadas no exterior).

A Companhia recebe comissão sobre aval de 1,3% a.a. de sua controlada indireta Companhia Tecidos Santanense. Em 31 de dezembro de 2011 esse valor representa R\$474 (R\$406 em 2010), já contemplados no quadro acima.

Conforme previsto no acordo de acionistas da Companhia, a controlada SGUS deve pagar, a

cada ano, a título de prestação de serviços, livre de despesas, o valor de US\$1.491 mil ao acionista Heartland Industrial Partners, L.P. A controlada CSA deve pagar o valor equivalente a US\$3.500 mil à Companhia. Em 2011, foram provisionados a esse título R\$8.451 (R\$8.692 em 2010), sendo que o saldo em aberto no valor de R\$4.894 (R\$5.804 em 2010) está consignado na rubrica “Outras contas a pagar” no passivo circulante.

Em agosto de 2011, a controlada SGPSA adquiriu a ASW, ex-controlada da Companhia, por R\$3.781, valor equivalente ao patrimônio líquido daquela controlada. Desse total, o valor de R\$1.725, foi pago à vista por representar ativos de liquidez imediata, e o valor de R\$2.056, por referir-se à imposto de renda diferido, será pago quando de sua utilização pela ASW. Sobre os valores não incidem quaisquer encargos. Os saldos estão incluídos na rubrica “Outras obrigações” no passivo não circulante.

A acionista minoritária da SRPSA, Rossini Administradora de Bens Ltda., e a controlada indireta MMartan firmaram contrato de locação do imóvel onde se situam o parque fabril e os escritórios da controlada indireta MMartan. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, foram pagos R\$2.400 (R\$2.400 em 2010) sob essa rubrica. A avaliação do imóvel e do aluguel foi efetuada por empresa especializada e estão a preços de mercado.

Os valores pagos a diretores e pessoas chaves da Administração estão destacados nas demonstrações do resultado, sob a rubrica “Honorários da administração” e incluem os benefícios de longo prazo e pós-emprego existentes.

A controlada SGPSA divulgou fato relevante em 12 de agosto de 2011, comunicando que celebrou contrato pelo qual, verificadas certas condições e obtidas as aprovações societárias necessárias, a controlada SGPSA passará a ser a titular de 100% das ações em que se divide o capital social da SRPSA, cujo controle foi comprado pela SGPSA em maio de 2009.

Como parte desse processo, em 13 de dezembro de 2011, a controlada SGPSA adquiriu 14.133 ações da SRPSA pelo valor de R\$30.000 a serem pagos em 3 parcelas, sendo a primeira no valor de R\$10.000 pagos à vista e as outras duas parcelas no valor de R\$10.000 cada, em 120 e 240 dias cada, passando a deter 84,7% de seu capital social.

As ações remanescentes serão incorporadas pela SGPSA, com a emissão de 5 milhões de novas ações da SGPSA. A incorporação da SRPSA será proposta pela administração da SGPSA aos seus acionistas no futuro próximo, quando serão divulgadas e colocadas à disposição daqueles acionistas todas as informações requeridas pela Lei nº 6.404/76 e pela regulamentação aplicável, especialmente as Instruções CVM 319/99 e 481/09. A aprovação da incorporação pelos acionistas da SGPSA é condição para a concretização da compra e venda tal como contratada.

16. DEBÊNTURES EMITIDAS POR CONTROLADA

Em Assembléia Geral Extraordinária da controlada indireta CSA, realizada em 24 de janeiro de 2006, foi aprovada a primeira emissão de debêntures não conversíveis em ações da Coteminas S.A., para distribuição privada, nas condições abaixo, alteradas pela Assembléia Geral Extraordinária realizada em 09 de junho de 2006:

Emissão:	24 de janeiro de 2006
Série:	Única
Quantidade:	50.057 Debêntures
Valor nominal na data de emissão:	R\$ 1
Remuneração:	Variação cambial mais juros equivalentes à taxa Libor de 3 meses, acrescida da sobretaxa de 3% ao ano;
Amortização dos juros:	Pagamentos trimestrais, com último vencimento para 21/06/2013.
Amortização do principal:	17 parcelas trimestrais e sucessivas, com primeiro vencimento para 21/06/2009 e último para 21/06/2013.

A totalidade das Debêntures foi subscrita pela Companhia. No ativo circulante, foram provisionados os juros pró-rata até 31 de dezembro de 2011 e as primeiras parcelas do principal no valor de R\$25.388 (R\$12.022 em 31 de dezembro 2010) e o saldo, registrado no ativo não circulante o valor de R\$5.266 (R\$14.033 em 31 de dezembro de 2010). No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, foram contabilizados juros de R\$1.169 (R\$1.611 em 2010) e variação cambial credora de R\$3.431 (R\$538 de variação cambial credora em 2010).

17. IMPOSTO DE RENDA, CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E OUTROS IMPOSTOS

a. Incentivos fiscais

Todas as unidades fabris da controlada indireta CSA, sediadas no Brasil (exceto as unidades de Blumenau – SC e Acreúna – GO) e uma unidade da controlada indireta Companhia Tecidos Santanense, estão localizadas na região da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, beneficiando-se de incentivos fiscais federais e estaduais.

Os incentivos fiscais federais e estaduais das unidades fabris das controladas estão programados para expirar em diferentes datas, dependendo da instalação industrial em questão, até 31 de dezembro de 2016.

Os incentivos federais são calculados a partir do imposto de renda devido sobre o resultado obtido nas operações comerciais e industriais, contabilizados como redução da provisão de imposto de renda, em contrapartida ao resultado do período.

b. Conciliação dos impostos sobre o lucro (imposto de renda e contribuição social)

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Resultado antes dos impostos	(75.207)	33.595	(10.909)	66.258
Diferenças permanentes:				
Equivalência patrimonial	73.463	(28.120)	(102)	-
Receitas não tributadas - RTT	-	-	(26.036)	(30.851)
Preços de transferência	-	-	22.848	12.310
Diferenças permanentes de controladas no exterior	-	-	12.282	-
Outras, líquidas	1.180	292	10.611	2.948
	-----	-----	-----	-----
Base de cálculo dos impostos sobre o lucro	(564)	5.767	8.694	50.665
Alíquota de 34%	192	(1.961)	(2.956)	(17.226)
Reversão de impostos diferidos - SGUS	-	-	(68.691)	-
Incentivo fiscal redução SUDENE	-	-	1.217	999
Créditos fiscais não constituídos	(234)	5.974	(23.795)	10.641
Outros	40	13	45	673
	-----	-----	-----	-----
Total dos impostos sobre o lucro	(2)	4.026	(94.180)	(4.913)
	-----	-----	-----	-----
Imposto sobre o lucro - corrente	(2)	(1.429)	(26.926)	(32.458)
Imposto sobre o lucro - diferido	-	5.455	(67.254)	27.545
	=====	=====	=====	=====

Operações descontinuadas:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Resultado das operações descontinuadas				
antes dos impostos	(184.546)	(35.452)	(284.543)	(51.800)
Equivalência patrimonial	184.546	35.452	-	-
	-----	-----	-----	-----
Base de cálculo dos impostos	-	-	(284.543)	(51.800)
Alíquota de 34%	-	-	96.745	17.612
Reversão da provisão de imposto diferido				
passivo - SGUS	-	-	14.900	-
Créditos fiscais não constituídos	-	-	(96.745)	(17.612)
	-----	-----	-----	-----
Total dos impostos sobre o lucro	-	-	14.900	-
	-----	-----	-----	-----
Impostos sobre o lucro - corrente	-	-	14.900	-
	=====	=====	=====	=====

A Companhia, na condição de controladora, tem como resultado basicamente equivalência patrimonial e resultado de aplicações financeiras e instrumentos derivativos. Os lucros de controladas no exterior são tributados como adição ao lucro tributável e recebem créditos dos impostos pagos no país de origem até o limite de 25% de sua base de cálculo. Quando esses resultados são prejuízos, eles não se constituem em créditos tributários no Brasil, porém são compensados com os resultados futuros da controlada no exterior que o gerou. Portanto, na condição de controladora, são bem específicas as situações onde a Companhia poder vir a constituir créditos tributários.

A Administração da controlada indireta CSA, em exercícios anteriores, com base em plano de negócios e projeções futuras, reconheceu parcialmente ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais acumulados. Em 31 de dezembro de 2011, a controlada indireta CSA possuía R\$317.784 em prejuízos fiscais (R\$168.883 em 31 de dezembro de 2010) e R\$323.090 de base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro (R\$172.690 em 31 de dezembro de 2010), cujos ativos fiscais não foram reconhecidos. Os ativos fiscais reconhecidos por aquela controlada indireta são líquidos dos benefícios fiscais a ela concedidos. Suas projeções futuras consideram o maior foco para atendimento ao mercado nacional, cujas vendas possuem maior rentabilidade, incremento nas margens em decorrência da venda de produtos de maior valor agregado, entre outras. Com base nestas ações e nas premissas utilizadas na preparação do plano de negócios, a Administração da CSA possui expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitirão a realização dos créditos tributários diferidos daquela controlada.

c. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os valores de imposto de renda e de contribuição social diferidos, registrados nas demonstrações financeiras consolidadas, são provenientes de provisões temporariamente não dedutíveis, crédito fiscal incorporado e prejuízos fiscais das controladas e são compostos como segue:

	Saldos em 2010	Reconhe- cidos no resultado	Variação cambial	Outros	Saldos em 2011
Ativo:					
Provisões dedutíveis somente quando realizadas	74.341	(52.517)	10.275	14	32.113
Prejuízo fiscal, líquido	63.422	(18.767)	(15.158)	2.042	31.539
Créditos fiscais de controladas no exterior	7.304	419	-	(129)	7.594
	-----	-----	-----	-----	-----
	145.067	(70.865)	(4.883)	1.927	71.246
Passivo:					
Diferenças temporárias passivas	(4.457)	3.611	281	565	-
Deságio em investimentos	(5.051)	-	-	-	(5.051)
	-----	-----	-----	-----	-----
	135.559	(67.254)	(4.602)	2.492	66.195
Passivo não circulante	5.051	-	-	-	5.051
	-----	-----	-----	-----	-----
Ativo não circulante	140.610	(67.254)	(4.602)	2.492	71.246
	=====	=====	=====	=====	=====

A Administração, com base em orçamento e plano de negócios, estima que os créditos fiscais sejam realizados durante os próximos exercícios, conforme demonstrado a seguir:

Consolidado	
Ano	Ativo não circulante
2012	11.706
2013	3.720
2014	7.650
2015 em diante	48.170

	71.246
	=====

O imposto de renda e a contribuição social diferidos – passivo, serão devidos somente na realização dos deságios apurados nos investimentos que lhe deram origem.

d. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS	12.117	14.327	71.583	74.202
Imposto de renda e contribuição social antecipados	6.474	7.036	26.231	17.011
PIS e COFINS a recuperar	8.211	8.209	9.394	16.837
IVA – Argentina	-	-	5.339	2.083
VAT – China e México	-	-	648	1.115
IPI a recuperar	1.779	1.779	1.939	2.358
Imposto sobre o lucro líquido – ILL	3.562	3.562	3.562	3.654
Outros impostos a recuperar	-	-	3.195	3.888
	-----	-----	-----	-----
Ativo circulante	32.143 (11.152)	34.913 (13.922)	121.891 (45.944)	121.148 (42.021)
	-----	-----	-----	-----
Ativo não circulante	20.991	20.991	75.947	79.127
	=====	=====	=====	=====

18. PROVISÕES DIVERSAS

A Companhia e suas controladas vêm discutindo judicialmente a legalidade de alguns tributos e reclamações trabalhistas. A provisão foi constituída de acordo com a avaliação do risco efetuada pela Administração e pelos seus assessores jurídicos, para as perdas consideradas prováveis.

A Companhia possui processos tributários e cíveis, cuja perda foi estimada como possível, no valor de R\$4.178 e R\$115 respectivamente.

Os processos judiciais cuja perda foi estimada como provável são assim resumidos:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Processos fiscais:				
Contribuição social	40.915	40.915	41.179	41.179
CPMF	-	-	4.317	4.317
INSS	2.314	2.314	6.702	6.679
PIS e COFINS	1.901	1.320	5.162	4.589
IPI bandeira estrangeira	2.653	2.653	2.653	2.653
ICMS - exportação	-	-	6.548	-
Outras	348	348	2.192	2.236
Trabalhistas	2.403	2.341	9.755	14.581
Cíveis e outras	13.846	13.846	16.956	18.080
	-----	-----	-----	-----
	64.380	63.737	95.464	94.314
	=====	=====	=====	=====
Depósitos judiciais	78.109	77.465	102.011	106.211
	=====	=====	=====	=====

Contribuição social – A Companhia é pólo ativo em ação contra a Secretaria da Receita Federal para afastar a contribuição social sobre o lucro operacional de suas plantas sediadas na região da SUDENE.

CPMF – A sua controlada SGPSA é pólo ativo em ação de mandado de segurança para afastar a incidência da CPMF sobre as operações de câmbio simbólico realizadas na operação de conferência internacional de ações por investidor estrangeiro.

INSS – Discussão administrativa referente a lançamento fiscal na Companhia. A controlada indireta CSA é pólo ativo em ação contra a Fazenda Nacional questionando a incidência da contribuição sobre verbas consideradas indenizatórias.

PIS e COFINS – A Companhia e suas controladas são pólo ativo em demanda contra a Receita Federal questionando a inclusão do ICMS na base de cálculo da COFINS e do PIS.

IPI – A Companhia é pólo ativo em ação judicial que visa contestar a incidência do IPI sobre a aquisição de aeronave através de leasing.

Trabalhistas – A Companhia e suas controladas são pólo passivo em ações movidas por ex-funcionários e terceiros.

Cíveis – A Companhia é pólo ativo em ações judiciais que questionam ECE – Encargo de Capacidade Emergencial e RTE - Recomposição Tarifária Extraordinária cobrado em contas de Energia Elétrica. A controlada indireta CSA é pólo ativo em ação contra a União questionando a legalidade da cobrança da RTE – Recomposição Tarifária Extraordinária e COFURH – Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos.

ICMS – Exportação-- A controlada CTS recebeu em 13 de fevereiro de 2012, auto de infração lavrado pela fiscalização de Minas Gerais glosando algumas transferências de créditos de ICMS decorrentes de exportação. A CTS está preparando sua contestação, porém provisionou o valor principal do auto de infração. As multas e encargos no valor de R\$10.560 não foram provisionados, dado que todos os créditos foram homologados pelo mesmo posto fiscal que ora emitiu o auto de infração, e por isso, os advogados da Companhia entendem serem remotas as possibilidades de pagamento desses encargos caso sejamos obrigados a pagar o

imposto.

As movimentações de provisões diversas consolidadas são apresentadas a seguir:

	Saldos em 2010	Adições	Baixas	Saldos em 2011
Processos fiscais:				
Contribuição social	41.179	-	-	41.179
CPMF	4.317	-	-	4.317
INSS	6.679	23	-	6.702
PIS e COFINS	4.589	584	(11)	5.162
IPI bandeira estrangeira	2.653	-	-	2.653
ICMS - exportação	-	6.548	-	6.548
Outras	2.236	-	(44)	2.192
Trabalhistas	14.581	4.717	(9.543)	9.755
Cíveis e outras	18.080	71	(1.195)	16.956
	-----	-----	-----	-----
	94.314	11.943	(10.793)	95.464
	=====	=====	=====	=====

19. PLANO DE APOSENTADORIA E BENEFÍCIOS

Substancialmente, todos os funcionários da controlada indireta SGUS são cobertos por planos de contribuição definida. Alguns executivos da controlada indireta SGUS são cobertos pelo plano de benefício definido. A controlada indireta SGUS pode efetuar contribuições arbitrárias para o plano de contribuição definida e essas contribuições são consideradas através de um percentual da remuneração elegível de cada participante. Adicionalmente, no caso de participantes elegíveis contribuir com um percentual de suas remunerações para alguns planos de contribuição definida, a controlada indireta SGUS pode, arbitrariamente, efetuar uma contribuição na proporção dos valores contribuídos pelos participantes.

A controlada indireta SGUS patrocina um plano de pensão de benefício definido para alguns de seus funcionários, cujos custos esperados de pensão são provisionados em regime de competência com base em estudos atuariais e as contribuições dos funcionários aposentados e da controlada indireta SGUS são ajustadas periodicamente. As contribuições da controlada indireta SGUS aos planos de benefício definido são efetuadas de acordo com a lei de aposentadoria dos EUA ("Employee Retirement Income Security Act") e os benefícios são geralmente baseados nos anos de serviço e níveis salariais (remuneração).

Os ativos do plano de benefício definido são investidos em fundos de renda variável e fundos de renda fixa (incluindo dívidas do governo americano). A controlada indireta SGUS também fornece benefícios de aposentadoria a executivos elegíveis de acordo com planos executivos suplementares não qualificados de aposentadoria.

A tabela abaixo contém informações resumidas dos planos de pensão de benefício definido em 31 de dezembro de 2011 e 2010:

	2011	2010
Mudança no benefício provisionado:		
Benefício provisionado no início do ano	82.395	88.293
Custo do serviço	119	135
Custo dos juros	3.865	4.411
Perda atuarial	3.833	705
Pagamento de benefícios	(6.908)	(7.463)
Variação cambial	10.477	(3.686)
	-----	-----
Benefício provisionado no final do ano	93.781	82.395
Mudança nos ativos do plano:		
Valor de mercado dos ativos no início do ano	18.307	18.133
Retorno sobre os ativos	(242)	1.521
Contribuições do empregador	6.978	6.949
Pagamento de benefícios	(6.908)	(7.463)
Variação cambial	2.281	(833)
	-----	-----
Valor de mercado dos ativos no final do ano	20.416	18.307
	-----	-----
Valor presente das obrigações a descoberto	73.365	64.088
	=====	=====
Premissas atuariais (expressas por Médias ponderadas)		
Taxa de desconto (a.a.)	4,75% a 5,50%	4,75% a 5,50%
Taxa de rendimento esperada sobre ativos (a.a.)	7,80%	7,80%
Aumento futuro de salários (a.a.)	2,50% a 3,50%	3,50%
Componentes do custo líquido do benefício:		
Custo do serviço	119	135
Custo dos juros	3.865	4.411
Retorno sobre os ativos	242	(1.521)
Perda atuarial	3.833	705
	-----	-----
Custo líquido do benefício	8.059	3.730
	=====	=====

A estratégia de investimento da controlada indireta SGUS é de aplicar numa carteira diversificada com o objetivo de maximizar os retornos considerando um nível aceitável de risco. Os ativos do plano de pensão são investidos em um fundo balanceado que tem uma alocação estática de 50% a 60% em investimentos de renda variável e 40% a 50% em instrumentos financeiros de renda fixa. A expectativa de retorno sobre os ativos do plano foi desenvolvida em conjunto com os consultores externos e foram levadas em consideração as expectativas de longo prazo para retornos futuros, baseados na estratégia de investimentos atuais da controlada indireta SGUS.

	2011	2010
Investimentos dos ativos dos planos:		
Renda variável	10.619	10.985
Renda fixa	9.297	7.322
Caixa e equivalentes de caixa	500	-
	-----	-----
Valor de mercado dos ativos no final do ano	20.416	18.307
	=====	=====

A controlada indireta SGUS espera contribuir R\$8.517 para os planos de benefício definido em 2012. Pagamentos de benefícios futuros para os próximos 10 anos são:

	Plano de pensão de benefício definido
2012	7.662
2013	7.685
2014	7.496
2015	7.390
2016	7.147
2017 – 2021	32.402

Os saldos dos benefícios provisionados e remuneração diferida estão demonstrados abaixo:

	2011	2010
Provisão para plano de pensão	73.365	64.088
Provisão para plano de pensão (múltiplos empregadores) (a)	1.307	1.092
Outras provisões de benefícios a funcionários	9.723	10.688
	-----	-----
Total do plano de aposentadoria e benefícios	84.395	75.868
Circulante (b)	(6.888)	(6.559)
	-----	-----
Não circulante	77.507	69.309
	=====	=====

(a) Até 30 de dezembro de 2010, a controlada indireta SGUS era uma das empresas patrocinadoras do plano "South Jersey Labor and Management Pension Fund", um plano de pensão de benefício definido de múltiplos empregadores. Em 30 de dezembro de 2010, a controlada indireta SGUS retirou-se do plano. A provisão representa o valor estimado a pagar referente à saída do plano.

(b) Incluída na rubrica "Obrigações sociais e trabalhistas".

20. CONCESSÕES GOVERNAMENTAIS

A controlada indireta CSA participa em consórcio de concessão de geração de energia elétrica com as empresas CEMIG Geração e Transmissão S.A. e Vale (denominada anteriormente Companhia Vale do Rio Doce), em partes iguais de 33,33%, para cuja administração não foi constituída empresa com característica jurídica independente. São mantidos controles nos registros contábeis da Companhia, equivalentes à sua participação.

Como retribuição pela outorga da concessão, a CSA e as demais consorciadas pagarão à União parcelas ao longo do tempo de concessão, conforme demonstrado abaixo.

Início do prazo de concessão:	10 de julho de 1997
Prazo de concessão:	35 anos
Valor total da concessão:	R\$333.310
Atualização monetária:	IGPM

Parcelas anuais demonstrando os valores totais da concessão:

	5º ao 15º ano 2002 a 2012	16º ao 25º ano 2013 a 2022	26º ao 35º ano 2023 a 2032
Valores históricos:			
Parcela mínima	120	120	120
Parcela adicional	-	12.510	20.449
Parcela anual	120	12.630	20.569
Parcelas totais	1.320	126.300	205.690
Parcelas atualizadas	4.434	424.217	690.864

Para fins contábeis, a CSA reconhece as despesas incorridas pelo regime de competência, em contrapartida ao exigível a longo prazo, de forma linear, tendo como base sua participação no valor total da outorga; 33,33%, a valor presente, considerando uma taxa de juros de 4% a.a., atualizada pelo IGPM. Em 31 de dezembro de 2011 esse valor representava R\$72.988 (R\$63.992 em 31 de dezembro de 2010), sendo R\$4.141 classificados como outras contas a pagar no passivo circulante e R\$68.847 classificados como exigível de longo prazo.

Os valores consignados no ativo imobilizado, objeto da presente concessão, em 31 de dezembro de 2011, somam R\$29.137 (R\$29.929 em 31 de dezembro de 2010) (vide nota explicativa nº9 às demonstrações financeiras) e consideram a participação da Companhia nos investimentos realizados para a construção da Usina Hidroelétrica de Porto Estrela, localizada no Rio Santo Antonio, a 270 km de Belo Horizonte, com potência instalada de 112MW. A referida Usina iniciou sua geração no final de 2001.

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais -- a Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros, derivativos e não derivativos, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e descritas no quadro abaixo.

Os principais fatores de risco que a Companhia e suas controladas estão expostas refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, comportamento de demanda, concorrência, inovação tecnológica, mudanças relevantes na estrutura da indústria, entre outros) são inerentes a sua atividade e são endereçados pela administração da Companhia. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, a inadimplência de clientes, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Companhia e suas controladas utilizam e as suas contrapartes. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle, estratégias específicas e determinação de limites.

b) Valor justo -- o valor justo dos instrumentos financeiros anteriormente citados, está demonstrado a seguir:

	Controladora				Consolidado			
	2011		2010		2011		2010	
	Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
ATIVOS --								
CIRCULANTE:								
Caixa e equivalentes de caixa	2.364	2.364	29.726	29.726	185.878	185.878	206.829	206.829
Títulos e valores mobiliários	9.928	9.928	10.845	10.845	44.148	44.148	16.003	16.003
Duplicatas a receber	-	-	-	-	540.499	540.499	584.019	584.019
Debêntures emitidas por controlada (b)	25.388	25.388	12.022	12.022	-	-	-	-
Instrumentos derivativos (a)	-	-	-	-	11.225	11.225	7.087	7.087
Outros créditos a receber	20.523	20.523	8.965	8.965	43.471	43.471	25.124	25.124
NÃO CIRCULANTE:								
Realizável a longo prazo:								
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	-	21.826	21.826
Créditos e valores a receber	-	-	-	-	4.416	4.416	7.329	7.329
Partes relacionadas	96.924	96.924	71.457	71.457	35.499	35.499	24.047	24.047
Debêntures emitidas por controlada (b)	5.266	5.266	14.033	14.033	-	-	-	-
PASSIVOS --								
CIRCULANTE:								
Empréstimos e financiamentos (b)	25.438	25.438	-	-	445.647	445.647	357.323	357.323
Fornecedores	138	138	78	78	233.202	233.202	218.545	218.545
Instrumentos derivativos (a)	-	-	-	-	17.967	17.967	12.030	12.030
Partes relacionadas - minoritários	-	-	-	-	20.000	20.000	-	-
Outras contas a pagar	1.889	1.889	1.767	1.767	71.232	71.232	51.400	51.400
NÃO CIRCULANTE:								
Exigível a longo prazo:								
Empréstimos e financiamentos (b)	-	-	-	-	529.479	529.479	216.705	216.705
Partes relacionadas	-	-	1.734	1.734	-	-	1.197	1.197
Concessões governamentais	-	-	-	-	68.847	68.847	63.992	63.992
Instrumentos derivativos (a)	-	-	-	-	-	-	33	33
Outras obrigações	-	-	-	-	26.942	26.942	38.821	38.821

(a) Os valores justos dos instrumentos derivativos são baseados em cotações no mercado secundário destes títulos, portanto, classificados como nível II de informação.

(b) Os valores justos dos empréstimos e financiamentos e das debêntures aproximam-se aos valores do custo amortizado registrados nas demonstrações financeiras em função de que estão indexados por taxas flutuantes de juros (TJLP, CDI e LIBOR), as quais acompanham as taxas de mercado.

A Companhia estima que os valores justos dos demais instrumentos financeiros aproximam-se aos valores contábeis.

c) Classificação dos instrumentos financeiros -- Com exceção dos instrumentos financeiros derivativos, todos os instrumentos financeiros listados acima são classificados como “Empréstimos e Recebíveis”, no caso de ativos, ou “Outros passivos financeiros”, no caso de passivos, avaliados inicialmente ao valor justo e atualizados pelo custo amortizado. Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados como “Mensurados ao valor justo por meio do resultado” e a parcela referente ao hedge de fluxo de caixa, cuja efetividade possa ser

mensurada tem seus ganhos e perdas reconhecidos diretamente no patrimônio líquido como ajuste de avaliação patrimonial e apresentados na demonstração do resultado abrangente.

d) Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros derivativos e não derivativos:

d.1 - Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos -- A Companhia acredita que o gerenciamento de riscos é importante na condução de sua estratégia de crescimento com rentabilidade. A Companhia está exposta a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito a variações nas taxas de câmbio, preços de commodities (algodão) e volatilidade das taxas de juros. O objetivo de gerenciamento desses riscos é eliminar possíveis variações não esperadas nos resultados das empresas do grupo, advindas dessas variações.

O objetivo das operações de derivativos está sempre relacionado à eliminação dos riscos de mercado, identificados nas políticas e diretrizes da Companhia e, também, com o gerenciamento da volatilidade dos fluxos financeiros. A medição da eficiência e avaliação dos resultados ocorre ao longo dos contratos. O monitoramento do impacto destas transações é analisado trimestralmente pelo Comitê de Gerenciamento de Caixa e Dívida onde a marcação a mercado destas transações é discutida e validada. Todos os instrumentos financeiros derivativos estão reconhecidos pelo seu valor justo nas demonstrações financeiras da Companhia.

d.2 - Política de uso de derivativos -- Conforme política interna, o resultado financeiro da Companhia deve ser oriundo da geração de caixa do seu negócio e não de ganhos no mercado financeiro. Portanto, considera que a utilização de derivativos deve ser apenas para proteger eventuais exposições que ela possa ter decorrentes dos riscos nos quais ela está exposta, sem fins especulativos. A contratação de um derivativo tem como objetivo a redução da exposição aos riscos de mercado da Companhia.

d.3 - Risco de taxa de câmbio -- Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

d.3.1 - Riscos de taxa de câmbio nos investimentos no exterior:

A Companhia possui investimentos no exterior que aumentam sua exposição cambial, a saber:

<u>Total dos investimentos no exterior</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Investimentos	51.226	236.630
Obrigações de controladas (SGUS)	(42.669)	-
	-----	-----
	8.557	236.630
Em milhares de Dólares equivalentes	4.562	142.018
	=====	=====

d.3.2 - Riscos de taxa de câmbio nos instrumentos financeiros não derivativos na Companhia e em suas controladas diretas e indiretas sediadas no Brasil:

Os valores referentes aos instrumentos financeiros não derivativos sujeitos à exposição cambial da Companhia e de suas controladas brasileiras, são como segue:

Instrumentos financeiros	2011	2010
Caixa e equivalentes de caixa	15.381	6.972
Duplicatas a receber	63.933	80.050
Fornecedores	(7.867)	(2.174)
Financiamentos	(59.614)	(93.800)
Partes relacionadas	117.674	37.933
	-----	-----
Total da exposição em Reais	129.507	28.981
	-----	-----
Total da exposição em milhares de Dólares equivalentes	69.041	17.394
	=====	=====

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros não derivativos, considerando os fluxos de recebimentos e pagamentos em dólares norte americanos já contratados em 31 de dezembro de 2011 são como segue:

Vencimento	Risco	Valor da exposição US\$ mil	Cenários		
			Provável	II	III
2012	Baixa do Dólar	44.505	978	(20.136)	(41.252)
2013	Baixa do Dólar	(6.034)	(1.077)	2.021	5.120
2015	Baixa do Dólar	30.570	17.063	(1.538)	(20.140)
		-----	-----	-----	-----
		69.041	16.964	(19.653)	(56.272)
		=====	=====	=====	=====

Valores entre parênteses (negativos) demonstrados nos cenários acima, referem-se à variação cambial passiva, portanto despesa. Os valores positivos referem-se à receita.

Cenário “Provável” representa o resultado da variação cambial provável considerando-se o fluxo de caixa dos ativos e passivos acima detalhados, aplicando-lhes as taxas futuras de Dólares e comparando com a taxa do Dólar no final do período atual. Para os cenários II e III, foi considerada uma deterioração das taxas futuras de Dólares em 25% e 50% respectivamente.

As taxas futuras de Dólares foram obtidas na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

d.3.3) Riscos de taxa de câmbio nos instrumentos financeiros derivativos na Companhia e suas controladas:

As principais informações consolidadas sobre os instrumentos derivativos estão assim demonstradas:

Descrição	Valor de referência (Nocional) US\$mil		Valor justo – Ativo (Passivo)	
	2011	2010	2011	2010
Contratos de Opções (1) -- Posição lançadora: Compra Moeda: US\$ Dólar de liquidação: R\$2,20 Contraparte: Itaú BBA Outras informações: 11 contratos de US\$5.000 mil cada, com vencimentos mensais a partir de out/10 até ago/11	-	40.000	-	(197)
Contratos a termo (NDF) (2) -- Posição: Comprada Moeda: US\$ Dólar de liquidação: R\$1,8033 Contraparte: Itaú BBA Outras informações: 1 contrato de US\$70.000 mil, com vencimento em abril/11	-	70.000	-	(5.095)
Contratos a termo (NDF) (3) -- Posição: Comprada Moeda: US\$ Dólar de liquidação: R\$1,7835 Contraparte: Itaú BBA Outras informações: 1 contrato de US\$56.290 mil, com vencimento em jan/11	-	56.290	-	(6.588)
Total passivo circulante			-	(11.880)

(1) Contratos de opções -- são registrados pelo seu valor justo através do resultado. O valor justo dos contratos foi obtido diretamente com a instituição financeira contraparte, que avalia esses instrumentos financeiros a partir dos dados obtidos na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, como a taxa do Dólar futuro, volatilidade, taxas de juros e algoritmos próprios.

(2) Contratos a termo (NDF – “Non Deliverable Forward”) matérias primas -- são classificados e registrados pelo seu valor justo como hedge de fluxo de caixa, cuja efetividade pode ser mensurada pelas importações de matérias primas previstas para as datas de vencimento dos contratos. Tem seus ganhos e perdas não realizados (líquido dos impostos no caso de ganhos) registrados no patrimônio líquido, na rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial” e quando realizados ou caso sua efetividade não for confirmada, são reconhecidos no resultado. Os valores provisionados correspondem ao valor justo dos NDFs e foram calculados a partir dos dados obtidos na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros como a taxa do Dólar futuro nas datas de vencimento, taxas de juros e algoritmos próprios, e comparados com as informações obtidas diretamente da instituição financeira contraparte que avalia esses instrumentos financeiros.

(3) Contratos a termo (NDF – “Non Deliverable Forward”) financiamentos -- são classificados e registrados pelo seu valor justo e se baseiam no de fluxo de caixa dos financiamentos denominados em Dólares, previstos para as datas de vencimento dos contratos até janeiro de 2011. Tem seus ganhos e perdas reconhecidos no resultado em contraposição às variações cambiais dos financiamentos. Os valores provisionados correspondem ao valor justo dos NDFs e foram calculados a partir dos dados obtidos na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros como a taxa do Dólar futuro nas datas de vencimento, taxas de juros e

algoritmos próprios, e comparados com as informações obtidas diretamente da instituição financeira contraparte que avalia esses instrumentos financeiros.

Os derivativos são negociados em mercado de balcão, registrados na CETIP e não estão sujeitos a depósitos de margem. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, o resultado com derivativos relacionados ao risco de câmbio foi uma despesa de R\$11.868 (receita de R\$32.500 no exercício findo em 31 de dezembro de 2010), contabilizados na rubrica “Variações cambiais líquidas”.

d.4 - Risco de preços de commodities (algodão) -- Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações no preço do algodão, sua principal matéria-prima. O aumento do preço do algodão, de forma significativa pode acarretar aumento no custo de seu produto em prazo e montantes que a Companhia não consiga repassar ao mercado consumidor, fazendo reduzir suas margens. Abaixo o resumo dos instrumentos derivativos com risco de “commodities”:

Descrição	Valor de referência (Nocional) US\$mil		Valor justo – Ativo (Passivo) circulante	
	2011	2010	2011	2010
Contratos de opção de compra de algodão -- Posição: Comprada Moeda: US\$ corrente Contraparte: Macquarie Outras informações: Contratos totalizando 66,7 milhões de libras peso com vencimentos em jun/12	72.120 =====	79.950 =====	(17.967) =====	7.079 =====

A Companhia possui instrumento de hedge financeiro composto por compras de opções de compra (Calls) e venda de opções de venda (Puts) resultando em hedge de compra sem alavancagem, relativo ao volume de 66,7 milhões de libras peso (equivalentes a aproximadamente 30 mil toneladas), de algodão a preços que variam entre US\$90,00c/lb e US\$137,00/lb consideradas as condições de mercado em 31 de dezembro de 2011.

Abaixo a análise de sensibilidade dos instrumentos derivativos com risco de “commodities”:

Vencimento	Risco	Volume contratado em libras peso	Cenários em US\$ mil		
			Provável	II	III
Jun-12	Baixa	20.850.000	(4.026)	(9.018)	(13.788)
Jun-12	Baixa	25.000.000	(6.750)	(7.476)	(7.500)
Jun-12	Alta	20.850.000	1.198	4.599	9.246
		-----	-----	-----	-----
		66.700.000	(9.578)	(11.895)	(12.042)
		=====	=====	=====	=====
			Valores equivalentes em R\$ mil		
			(17.967)	(22.313)	(22.588)
			=====	=====	=====

Cenário “Provável” representa o resultado do instrumento de hedge financeiro em 31 de dezembro de 2011, a valor presente, considerando-se os vencimentos dos contratos dos

derivativos acima detalhados e o mercado estável. Para os cenários II e III, foi considerada uma deterioração dos preços futuros de algodão em 25% e 50% respectivamente.

As cotações dos instrumentos financeiros foram obtidas com base nas informações de mercado divulgadas pela ICE – International Cotton Exchange e validadas com a contraparte da operação.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, o resultado com derivativos de “commodities” foi uma despesa de R\$32.017 (em 2010, receita de R\$7.079), contabilizados nas rubricas “Variações cambiais líquidas” o valor de R\$3.749 (em 2010, receita de R\$1.699) e “Operações descontinuadas” o valor de R\$28.268 (em 2010 receita de R\$5.380).

d.5 - Risco de taxa de juros – O caixa e os equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários rendem aproximadamente o equivalente às taxas dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI. Os passivos sobre os quais incidem juros equivalentes à LIBOR e a TJLP estão demonstrados nas notas explicativas nºs 13, 15 e 16. Considerando-se os fluxos de caixa desses passivos (exceto os demonstrados em d.5.1 e d.5.2) e as taxas contratadas, a Administração da Companhia considera não relevante o efeito da exposição às variações de mercado nas taxas de juros contratadas. Portanto, não está apresentando a análise de sensibilidade.

d.5.1) Riscos de taxa de juros no financiamento junto ao Banco Votorantim e contratos Finimp.

As principais informações sobre os instrumentos derivativos estão assim demonstradas:

Descrição	2011			2010		
	Valor de referência (Nocional)	Valor justo	Saldo contábil (a receber)	Valor de referência (Nocional)	Valor justo	Saldo contábil (a pagar)
Contrato de Swap -- (a) Posição passiva: 97% do CDI Posição ativa: 11,25% pré Contraparte: Banco Votorantim S.A. Outras informações: 12 vencimentos mensais a partir de junho/2011 até maio/2012	12.500	-	-	30.000	(182)	(182)
Contrato de Swap -- (b) Posição passiva: 91% do CDI Posição ativa: US\$ + 2,4% a 2,7% Contraparte: Banco do Brasil S.A. Vencimento: 2012	20.450	4.229	4.229	-	-	-
Contrato de Swap -- (b) Posição passiva: 91% do CDI Posição ativa: US\$ + 2,4% a 2,7% Contraparte: Banco Itaú BBA S.A. Vencimento: 2012	35.575	6.996	6.996	-	-	-
	68.525	11.225	11.225	30.000	(182)	(182)

(a) Contrato de swap de taxa de juros – Foi designado e registrado pelo seu valor justo como hedge de fluxo de caixa, cuja efetividade se baseia no fluxo de caixa do financiamento obtido junto às contrapartes, cujas datas de vencimento dos contratos vão até maio de 2012. Tem seus ganhos e perdas não realizados registrados no patrimônio líquido, na rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial” e quando realizados ou caso sua efetividade não for confirmada, são reconhecidos no resultado. Os valores provisionados correspondem ao valor justo desse

derivativo e foram calculados a partir dos dados obtidos na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros como a taxa de juros futura nas datas de vencimento e algoritmos próprios, e comparados com as informações obtidas diretamente da instituição financeira contraparte que avalia esses instrumentos financeiros.

O derivativo é negociado em mercado de balcão, registrado na CETIP e não está sujeito a depósito de margem. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, não houve resultados com esse derivativo.

A análise de sensibilidade desse instrumento derivativo em 31 de dezembro de 2011 está assim resumida:

Vencimento	Risco	Principal	Cenários		
			Provável	II	III
2012	Alta do CDI	12.500	-	(45)	(109)
		-----	-----	-----	-----
	Alta do CDI	12.500	-	(45)	(109)
		=====	=====	=====	=====

Valores entre parênteses (negativos) demonstrados nos cenários acima, referem-se à despesa de juros. Os valores positivos referem-se à receita.

Cenário “Provável” representa o resultado da evolução da taxa de juros dos Certificados de Depósitos Bancários provável, a valor presente, considerando-se os vencimentos dos contratos dos derivativos acima detalhados, contrapondo-os com a taxa fixa de 11,25% a.a.. Para os cenários II e III, foi considerada uma majoração das taxas futuras do “CDI” em 25% e 50% respectivamente.

As taxas de juros futuras do “CDI” foram obtidas na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

(b) Contratos de swap de taxa de juros – são classificados e registrados pelo seu valor justo e se baseiam no fluxo de caixa dos financiamentos denominados em Doláres - Finimp, previstos para as datas de vencimento dos contratos até junho de 2012. Tem seus ganhos e perdas realizados registrados no resultado, na rubrica “despesas financeiras – juros e encargos”. Os valores provisionados correspondem ao valor justo desses derivativos e foram calculados a partir dos dados obtidos na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros como a taxa de juros futura nas datas de vencimento e algoritmos próprios, e comparados com as informações obtidas diretamente da instituição financeira contraparte que avalia esses instrumentos financeiros.

Os derivativos são negociados em mercado de balcão, registrados na CETIP e não estão sujeitos a depósito de margem. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011 o resultado com esses derivativos foi uma receita de R\$11.225. Em 2010, não houve resultado com derivativos desta natureza.

A análise de sensibilidade dos instrumentos derivativos em 31 de dezembro de 2011 está assim resumida:

Contraparte	Vencimento	Risco	Principal	Cenários		
				Provável	II	III
Brasil	2012	Alta do CDI	20.450	4.229	(738)	(1.512)
Itaú BBA	2012	Alta do CDI	35.575	6.996	(1.356)	(2.689)
			-----	-----	-----	-----
		Alta do CDI	56.025	11.225	(2.094)	(4.201)
			=====	=====	=====	=====

Valores entre parênteses (negativos) demonstrados nos cenários acima, referem-se à despesa de juros. Os valores positivos referem-se à receita.

Cenário “Provável” representa o resultado da evolução da taxa de juros dos Certificados de Depósitos Bancários provável, a valor presente, considerando-se os vencimentos dos contratos dos derivativos acima detalhados. Para os cenários II e III, foi considerada uma majoração das taxas futuras do “CDI” em 25% e 50% respectivamente.

As taxas de juros futuras do “CDI” foram obtidas na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

d.5.2 - Riscos de taxa de juros variáveis nos instrumentos financeiros não derivativos na Companhia:

Os valores referentes aos instrumentos financeiros não derivativos sujeitos à exposição de juros variáveis da Companhia, são como segue:

Descrição	2011		
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: 102% do CDI Contraparte: Banco do Brasil S.A. Vencimento: junho/2013	200.000	7.827	207.827
Contrato de Swap -- Juros: 117,7% do CDI Contraparte: Banco Itaú BBA S.A. Vencimento: outubro/2014	200.000	9.389	209.389
	-----	-----	-----
	400.000	17.216	417.216
	=====	=====	=====

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros não derivativos acima, considerando os fluxos de pagamentos do principal e juros em 31 de dezembro de 2011 são como segue:

Vencimento	Risco	Saldo médio do principal	Cenários		
			Provável	II	III
2012	Alta do CDI	400.000	(42.928)	(51.465)	(60.315)
2013	Alta do CDI	300.000	(32.940)	(42.910)	(50.036)
2014	Alta do CDI	133.333	(14.438)	(18.996)	(22.978)
			=====	=====	=====

Valores entre parênteses (negativos) demonstrados nos cenários acima, referem-se à despesa de juros em seus respectivos anos e cenários, considerando-se os saldos médios dos contratos em cada ano.

Cenário “Provável” representa o resultado da evolução da taxa de juros dos Certificados de Depósitos Bancários provável, considerando-se os vencimentos do principal e do juros. Para os cenários II e III, foi considerada uma majoração das taxas futuras do “CDI” em 25% e 50% respectivamente.

As taxas de juros futuras do “CDI” foram obtidas na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

d.6 - Risco de crédito -- A Companhia está sujeita a risco de crédito com respeito ao caixa e equivalentes de caixa, aos títulos e valores mobiliários e aos instrumentos derivativos. Esse risco é mitigado pela política de aplicar os recursos disponíveis somente em instituições financeiras de grande porte.

O risco de crédito em duplicatas a receber é reduzido devido à seletividade dos clientes e a política de concessão de créditos. A Companhia possui um sistema de gestão de crédito baseado na combinação das informações oriundas de diversos departamentos da empresa, principalmente as áreas comercial, financeira, contábil, jurídica e fontes externas que abastecem o departamento de crédito e cobrança visando à estipulação de limites de crédito para os seus clientes que são aprovados por órgão colegiado.

d.7 – Gestão de liquidez – Os ativos e passivos financeiros consolidados da Companhia, de acordo com seus fluxos de caixa, com base na data mais próxima de liquidação dos mesmos, e utilizando as taxas de juros nominais contratadas, podem ser resumidos como segue:

Obrigações contratuais	Total	Prazo de liquidação previsto			
		Menos de 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos e financiamentos	1.108.314	488.156	585.242	30.762	4.154
Fornecedores	236.294	236.294	-	-	-
Partes relacionadas	20.000	20.000	-	-	-
Instrumentos derivativos	17.967	17.967	-	-	-
Arrendamentos financeiros	75	75	-	-	-
	-----	-----	-----	-----	-----
	1.382.650	762.492	585.242	30.762	4.154
	=====	=====	=====	=====	=====

d.8 – Gestão de capital -- A Companhia administra sua estrutura de capital para assegurar a continuidade de suas atividades operacionais e ao mesmo tempo maximizar o retorno aos seus

acionistas. A estratégia da Companhia permaneceu inalterada no período coberto por estas demonstrações financeiras.

A dívida líquida da Companhia pode ser assim composta:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Empréstimos e financiamentos	25.438	-	975.126	574.028
Instrumentos derivativos	-	-	6.742	4.976
Caixa e equivalentes de caixa	(2.364)	(29.726)	(185.878)	(206.829)
Títulos e valores mobiliários	(9.928)	(10.845)	(44.148)	(37.829)
	-----	-----	-----	-----
Total do (caixa) dívida líquida	13.146	(40.571)	751.842	334.346
	-----	-----	-----	-----
Total do patrimônio líquido	1.217.383	1.490.967	1.708.293	2.118.380
	-----	-----	-----	-----
Total do (caixa) dívida líquida e patrimônio líquido	1.230.529	1.450.396	2.460.135	2.452.726
	=====	=====	=====	=====

22. REMUNERAÇÃO POR AÇÕES

Antes da constituição da Companhia, a controlada SGUS administrava plano de opções de compra de ações, o qual foi convertido, em 24 de janeiro de 2006, em um plano equivalente, porém com ações da própria Companhia. Nessa data, o plano de ações da controlada SGUS deixou de existir. Encontra-se, abaixo, um resumo das opções de ações:

	Opções existentes	Média ponderada de preço de exercício
Existentes e exercíveis em 31 de dezembro de 2010	644.228	R\$24,28
Expiradas	(89.012)	R\$24,14
	-----	-----
Existentes e exercíveis em 31 de dezembro de 2011	555.216	R\$24,31
	=====	=====

A tabela a seguir resume as informações sobre as opções de ações existentes em 31 de dezembro de 2011 e 2010:

2011			2010		
Preço de exercício R\$	Opções existentes	Média ponderada da vida contratual remanescente	Preço de exercício R\$	Opções existentes	Média ponderada da vida contratual remanescente
15,51	65.400	0,31 ano	15,51	77.400	1,24 ano
25,48	489.816	0,31 ano	25,48	566.828	1,25 ano
-----	-----		-----	-----	
24,31	555.216		24,28	644.228	
=====	=====		=====	=====	

23. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais, com o objetivo de como alocar recursos para um segmento individual e avaliar seu desempenho. Tendo em vista que as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos, bem como a avaliação de desempenho dos investimentos e dos principais executivos da Companhia são feitas separadamente em cada controlada direta e indireta, a Companhia e suas controladas concluíram que possuem três segmentos operacionais.

A controlada SGPSA possui diversas fábricas que se suprem entre si de forma que, em seu conjunto, formam uma indústria integrada de fiação, tecelagem, acabamento e confecção de produtos têxteis para o lar. Não há na Companhia a segmentação operacional entre as categorias de vendas, sendo os relatórios suportes à tomada de decisões estratégicas e operacionais sempre consolidados. Não há unidades operacionais específicas para cada categoria de produtos vendidos e portanto essas operações estão sob a denominação de segmento de “Indústria”, pois seus produtos são vendidos para clientes que não são os consumidores finais.

As controladas indiretas MMartan e ASW possuem um conjunto de informações isoladas e decisões de investimentos, preços, expansão de lojas, entre outros, que são tomadas à parte e se constituem no segmento “Varejo”, pois suas vendas são realizadas aos consumidores finais dos produtos. O volume de vendas e ativos dessa controlada não é classificado para a apresentação como um segmento operacional em separado.

A controlada indireta CTS possui três fábricas que se suprem entre si de forma que, em seu conjunto, formam uma indústria integrada de fiação, tecelagem e acabamento de tecidos planos (brins) utilizados principalmente para o vestuário. Não há na Companhia a segmentação operacional entre as categorias de vendas, sendo os relatórios suportes à tomada de decisões estratégicas e operacionais sempre consolidados. Não há unidades operacionais específicas para cada categoria de produtos vendidos.

Abaixo a Companhia apresenta as informações por segmento (expressas em milhões de Reais):

	2011			
	Produtos para o lar	Brins	Outras (*)	Total
Vendas líquidas	1.407,8	370,4	(39,2)	1.739,0
Custo dos produtos vendidos	(1.063,0)	(285,5)	39,2	(1.309,3)
Lucro bruto	344,8	84,9	-	429,7
Despesas de vendas, gerais e administrativas	(282,4)	(49,3)	(24,0)	(355,7)
Outras, líquidas	(0,2)	(1,0)	2,7	1,5
Resultado operacional	62,2	34,6	(21,3)	75,5
Resultado financeiro	(107,3)	(6,5)	27,4	(86,4)
Resultado antes dos impostos	(45,1)	28,1	6,1	(10,9)
Depreciação e amortização	78,1	9,7	2,2	90,0
Total de ativos	2.679,4	343,0	352,2	3.374,6
Total de passivos	(1.472,9)	(121,7)	(71,7)	(1.666,3)
Total de ativos líquidos	1.206,5	221,3	280,5	1.708,3
	=====	=====	=====	=====

	2010			
	Produtos para o lar	Brins	Outras (*)	Total
Vendas líquidas	1.724,8	316,4	(16,4)	2.024,8
Custo dos produtos vendidos	(1.356,1)	(234,9)	16,4	(1.574,6)
Lucro bruto	368,7	81,5	-	450,2
Despesas de vendas, gerais e administrativas	(285,3)	(44,8)	(12,9)	(343,0)
Outras, líquidas	0,3	(0,2)	0,2	0,3
Resultado operacional	83,7	36,5	(12,7)	107,5
Resultado financeiro	(48,9)	(6,3)	14,0	(41,2)
Resultado antes dos impostos	34,8	30,2	1,3	66,3
Depreciação e amortização	88,1	8,8	2,2	99,1
Total de ativos	2.684,0	309,0	331,7	3.324,7
Total de passivos	(1.036,4)	(107,0)	(62,9)	(1.206,3)
Total de ativos líquidos	1.647,6	202,0	268,8	2.118,4
	=====	=====	=====	=====

(*) Refere-se a eliminação de vendas entre partes relacionadas e despesas da Companhia (controladora) e de controladas não operacionais.

A Administração da Companhia e de suas controladas também gerenciam seus negócios por região geográfica. As regiões de negócios destacadas são: Brasil e Outros países (Argentina, Canadá e EUA, principalmente).

Abaixo a Companhia apresenta as informações por região geográfica (expresso em milhões de Reais):

	2011			2010		
	Brasil	Outros países	Total	Brasil	Outros países	Total
Vendas líquidas	1.249,7	489,3	1.739,0	1.329,4	695,4	2.024,8
Custo dos produtos vendidos	(898,3)	(411,0)	(1.309,3)	(979,9)	(594,7)	(1.574,6)
Lucro bruto	351,4	78,3	429,7	349,5	100,7	450,2
Despesas de vendas, gerais e administrativas	(314,8)	(40,9)	(355,7)	(282,4)	(60,6)	(343,0)
Outras, líquidas	(2,0)	3,5	1,5	(0,2)	0,5	0,3
Resultado operacional	34,6	40,9	75,5	66,9	40,6	107,5
Resultado financeiro	(70,5)	(15,9)	(86,4)	(33,6)	(7,6)	(41,2)
Resultado antes dos impostos	(35,9)	25,0	(10,9)	33,3	33,0	66,3
Depreciação e amortização	76,3	13,7	90,0	83,7	15,4	99,1

A controlada SGPSA em suas análises sobre o desempenho de vendas, classifica seus produtos de acordo com as categorias de venda (ou linhas de produtos), anteriormente chamados pela Administração de “segmentos de mercado”, como: fashion bedding; banho; utility bedding; produtos intermediários; e outros. Informações de venda por categoria ou linha de produtos:

	Consolidado	
	2011	2010
Vendas líquidas (em milhões de Reais):		
Fashion bedding	410,6	433,1
Banho	265,0	320,3
Utility bedding	198,1	253,3
Produtos intermediários	575,2	629,2
Outros	290,1	388,9
	1.739,0	2.024,8
Volumes (toneladas mil):		
Fashion bedding	19,4	24,7
Banho	14,4	19,5
Utility bedding	24,5	31,5
Produtos intermediários	49,0	69,0
	107,3	144,7

A Companhia possui mais de 13.000 clientes ativos em 2011 e apenas 2 clientes concentram vendas superiores a 10% das vendas líquidas, representando um total de R\$499,3 milhões em vendas.

24. DESPESA POR NATUREZA

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado consolidado por função. A seguir apresenta as despesas por natureza e sua classificação por função.

Por natureza:

	Consolidado	
	2011	2010
Custo das matérias primas, materiais e serviços adquiridos	(1.707.412)	(1.892.289)
Benefícios a empregados	(408.090)	(408.691)
INSS	(73.235)	(72.111)
Depreciação e amortização	(112.449)	(120.631)
Variação dos estoques de produtos acabados e em processo	100.755	(15.246)
Variação cambial nos estoques de controlada no exterior	19.415	12.570
Outros custos e despesas	(84.493)	(68.654)
	-----	-----
	(2.265.509)	(2.565.052)
	=====	=====

Por função:

	Consolidado	
	2011	2010
Operações continuadas:		
Custo dos produtos vendidos	(1.309.275)	(1.574.594)
Vendas	(209.516)	(203.374)
Gerais e administrativas	(135.219)	(131.053)
Honorários da administração	(11.021)	(8.509)
	-----	-----
Total das operações continuadas	(1.665.031)	(1.917.530)
Operações descontinuadas:		
Custo dos produtos vendidos	(528.075)	(573.320)
Vendas	(48.674)	(49.003)
Gerais e administrativas	(23.729)	(25.199)
	-----	-----
Total das operações descontinuadas	(600.478)	(647.522)
	-----	-----
	(2.265.509)	(2.565.052)
	=====	=====

25. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita operacional líquida apresentada na demonstração de resultado:

	Consolidado	
	2011	2010
RECEITA OPERACIONAL:		
Vendas brutas	2.167.126	2.495.006
Deduções das vendas	(428.087)	(470.236)
	-----	-----
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.739.039	2.024.770
	=====	=====

26. LUCRO (PREJUÍZO) BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO

O cálculo do lucro (prejuízo) básico por ação foi calculado como segue:

	Controladora	
	2011	2010
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS	(75.209)	37.621
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DAS OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	(184.546)	(35.452)
	-----	-----
	(259.755)	2.169
Número médio ponderado de ações:		
Ordinárias	43.530.858	43.531.958
Preferenciais	73.021.533	73.042.533
	-----	-----
	116.552.391	116.574.491
 LUCRO (PREJUÍZO) BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO - R\$		
Nas operações continuadas	(0,6453)	0,3224
Nas operações descontinuadas	(1,5834)	(0,3039)
Total	(2,2287)	0,0185
	=====	=====

O número médio ponderado de ações foi calculado com base no número total de ações emitidas, menos as ações em tesouraria, sendo 1.100 ações ON e 121.800 ações PN.

27. OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

A administração da controlada SGPSA decidiu descontinuar algumas operações de sua controlada norte-americana (SGUS). Essas operações representam os negócios referentes às linhas de produtos "fashion bedding" e "banho" com as marcas próprias e de terceiros. As operações de "Utility bedding" e as operações da controlada canadense continuarão operando.

Em conexão com a descontinuidade de algumas operações da controlada indireta SGUS, a qual importava direta ou indiretamente a totalidade da produção da controlada indireta CSA destinada ao mercado norte americano, a controlada indireta CSA também anunciou programa de readequação de sua capacidade fabril aos mercados interno e do Mercosul, anunciando investimentos na transformação de 3 unidades fabris em polos de desenvolvimento urbano. As unidades de: (i) São Gonçalo do Amarante, RN; (ii) Matriz em Montes Claros, MG; e (iii) parte da unidade em Blumenau, SC serão transformadas em áreas de desenvolvimento urbano, com construção de conjuntos residenciais, escritórios e shopping centers com fortes investimentos na construção civil, comércio e serviços. Os investimentos poderão ser próprios ou de terceiros.

Parte das máquinas e equipamentos dessas unidades está sendo realocada para outras unidades fabris e o restante dos equipamentos, incluindo os equipamentos que foram substituídos de outras unidades fabris, foram classificados na rubrica "Imobilizado disponível para venda", pelo seu valor de mercado, quando inferior ao valor do custo residual (vide nota 9.b).

Os imóveis e instalações continuam classificados nas rubricas originais do ativo imobilizado, tendo-se em conta que seu valor residual é inferior aos valores de realização orçados nos projetos de urbanização acima mencionados, e se constituirão futuramente em investimentos

nos respectivos projetos.

O resultado consolidado das operações descontinuadas destacado na demonstração do resultado está apresentado a seguir. A demonstração de resultado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foi reapresentada considerando essas operações classificadas como descontinuadas no período corrente.

	Consolidado	
	2011	2010
Resultado das operações descontinuadas:		
Receitas	403.735	590.341
Despesas	(578.001)	(620.684)
Depreciação e amortização	(22.477)	(21.457)
Provisão para perdas na realização dos ativos imobilizados	(59.902)	-
Outras despesas com reestruturação	(27.898)	-
Reversão da provisão de imposto diferido passivo - (SGUS)	14.900	-
	-----	-----
Total das operações descontinuadas	(269.643)	(51.800)
	=====	=====
Total do fluxo de caixa gerado pelas (consumido nas) operações descontinuadas:		
Resultado das operações	(269.643)	(51.800)
Depreciação e amortizações	22.477	21.457
Provisão para perdas na realização dos ativos disponíveis para venda	37.572	-
Provisão para perdas na realização dos ativos imobilizados	22.330	-
Reversão da provisão de imposto diferido passivo - (SGUS)	(14.900)	-
	-----	-----
Total do caixa consumido nas operações descontinuadas	(202.164)	(30.343)
	=====	=====

Os ativos imobilizados reclassificados para imobilizado disponível para venda estão demonstrados a seguir:

	2011
Imobilizado disponível para venda:	
Custo	282.237
Depreciação acumulada	(222.680)

Valor residual dos ativos	59.557
Provisão para perdas na realização dos ativos disponíveis para venda	(37.572)

Valor transferido para o imobilizado disponível para venda, líquido	21.985
	=====

* * * * *